**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, OBJETO DE COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RECH AGRÍCOLA S.A.**

entre

**RECH AGRÍCOLA S.A.**

*como Emissora*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

e

**RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A.**

**RSG GESTÃO DE ATIVOS LTDA**

**TELMAC COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

*como Fiadores*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

10 de junho de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, OBJETO DE COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RECH AGRÍCOLA S.A.**

Celebram este *Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, objeto de colocação privada, da Rech Agrícola S.A.* (“Escritura de Emissão”):

1. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

**RECH AGRÍCOLA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede no Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Rio de Janeiro, nº 2809, CEP 78850-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 10.209.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Mato Grosso (“JUCEMAT”) sob NIRE 51300016036, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

1. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) (“Debenturistas”):

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”); e

1. como fiadora das obrigações contraídas pela Emissora:

**RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, na Avenida Júlio Domingues de Campos (LOT E DALVA), nº 4.439 A, Bairro Marajoara, CEP 78.138-198, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.901.771/0001-73, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Rech Importadora”);

**RSG GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Uruguai, 223, sala 1502, Centro, CEP 88.302-201, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.080.657/0001-77, neste ato representada na forma de seu contrato social(“RSG Gestão”); e

**TELMAC COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Castelo Branco, 2800, Nova Ribeirania, CEP 14.096-560, inscrita no CNPJ/ME sob nº 54.832.555/0001-29, neste ato representada na forma de seu contrato social (“Telmac” e, quando em conjunto com Rech Importadora e RSG Gestão, os “Fiadores” ou os “Intervenientes Garantidores”).

resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

* 1. **AUTORIZAÇÃO**
     1. A presente 2ª (segunda) emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações” e “Emissão”, respectivamente), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora (“Debêntures”), objeto de colocação privada e a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e demais documentos relacionados à Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a autorização à Diretoria da Emissora, ou a seus procuradores, conforme aplicável, para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissora (conforme abaixo definida) e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, eventuais aditamentos aos referidos documentos, bem como a autorização para a contratação de todos os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 10 de junho de 2022 (“AGE da Emissora”), na forma do disposto do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.
     2. A constituição da Fiança (conforme definido abaixo) prestada pela Rech Importadora será realizada com base nas deliberações da ata de Reunião do Conselho de Administração da Rech Importadora realizada em 10 de junho de 2022 (“RCA da Rech Importadora”).
     3. A constituição da Fiança (conforme definido abaixo) prestada pela RSG Gestão será realizada com base nas deliberações da ata de Reunião de Sócios da RSG Gestão realizada em 10 de junho de 2022 (“RS da RSG Gestão”).
     4. A constituição da Fiança (conforme definido abaixo) prestada pela Telmac será realizada com base nas deliberações da ata de Reunião de Sócios da Telmac realizada em 10 de junho de 2022 (“RS da Telmac”).
  2. **REQUISITOS**
     1. A Emissão, a constituição da Garantia Real e da Garantia Fidejussória e a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como de quaisquer outros documentos necessários para tanto, serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
        1. Arquivamento e publicação da ata da AGE da Emissora. Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Emissora deverá ser protocolada na JUCEMAT, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua realização, e publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso (“DOEMT”) e no jornal “Diário de Cuiabá”.
        2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário: (i) 1 (uma) cópia eletrônica (PDF), com a devida chancela digital da JUCEMAT da AGE da Emissora devidamente registrada na JUCEMAT no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do deferimento do respectivo registro; e (ii) 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) das publicações mencionadas na cláusula 2.1.1. acima, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de referidas publicações.
        3. Arquivamento e publicação da ata de RCA da Rech Importadora. Nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA da Rech Importadora deverá ser protocolada na JUCEMAT, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua realização e publicada no DOEMT e no jornal “Diário de Cuiabá”.
        4. A Rech Importadora deverá enviar ao Agente Fiduciário: (i) 1 (uma) cópia eletrônica (PDF), com a devida chancela digital da JUCEMAT da RCA da Rech Importadora devidamente registrada na JUCEMAT no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do deferimento do respectivo registro; e (ii) 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) das publicações mencionadas na cláusula 2.1.3. acima, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de referidas publicações.
        5. Arquivamento da ata de RS da RSG Gestão. A ata da RS da RSG Gestão deverá ser protocolada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”), no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua realização.
        6. A RSG Gestão deverá enviar ao Agente Fiduciário: (i) 1 (uma) cópia eletrônica (PDF), com a devida chancela digital da JUCESC da RS da RSG Gestão no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do deferimento do respectivo registro.
        7. Arquivamento da ata de RS da Telmac. A ata da RS da Telmac deverá ser protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua realização.
        8. A Telmac deverá enviar ao Agente Fiduciário: (i) 1 (uma) cópia eletrônica (PDF), com a devida chancela digital da JUCESP da RS Telmac no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do deferimento do respectivo registro.
        9. Inscrição e registro desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão arquivados na JUCEMAT. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser protocolados perante a JUCEMAT em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar da data de celebração desta Escritura de Emissão ou dos eventuais aditamentos e deverão ser registrados no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva data de assinatura. A Emissora deverá enviar uma cópia eletrônica em formato *.pdf* desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos contendo a chancela digital da JUCEMAT ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo arquivamento.
        10. Registro desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Em função da Fiança, a presente Escritura de Emissão e seus aditamentos deverão ser registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Primavera do Leste e da Cidade de Várzea Grande, ambas no Estado do Mato Grosso, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (“RTDs”). A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser protocolados perante os RTDs, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de celebração desta Escritura de Emissão ou dos respectivos aditamentos e deverão ser registrados no prazo de 20 (vinte) dias contados da respectiva data de assinatura. A Emissora deverá enviar 1 (uma) cópia eletrônica em formato *.pdf* desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente registrada nos RTDs contendo a chancela digital ou 1 (uma) via original registrada nos RTDs, conforme aplicável, ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo registro.
        11. Caso a Emissora não providencie os protocolos nos prazos previstos nesta Cláusula 2.1, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com o reembolso de todos os respectivos custos e despesas de tais registros, mediante o envio de comunicação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, acompanhada dos comprovantes dos referidos custos e despesas.
        12. Constituição da Garantia Real. Nos termos do art. 62, inciso III, da Lei de Sociedades por Ações, a Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme abaixo definido) será constituída por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), o qual deverá ser assinado e registrado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos do domicílio das partes, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da Primeira Data de Integralização.
        13. Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira. As Debêntures não serão depositadas para distribuição no mercado primário ou negociação no mercado secundário perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”). As Debêntures serão objeto de registro em nome do titular no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, para liquidação financeira de eventos de pagamento, considerando que as Debêntures estejam registradas em nome do titular na B3 na data do evento.
        14. A colocação das Debêntures será realizada de forma privada, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada.
        15. Dispensa automática de registro. A presente Emissão constitui uma colocação privada de debêntures, não estando, portanto, sujeita ao registro de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).
  3. **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**
     1. Número da Emissão. A presente Emissão contempla a 2a (segunda) emissão de debêntures da Emissora, que será objeto de colocação privada.
     2. Série. A Emissão será realizada em uma única série (“Série”).
     3. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”).
     4. Objeto Social da Emissora: A Emissora tem por objeto social: (i) o comércio atacadista de máquinas agrícolas, tratores e implementos agrícolas, novos e usados, suas partes, peças e acessórios; (ii) comércio varejista de máquinas, tratores e implementos agrícolas, novos e usados, suas partes e acessórios; (iii) comércio atacadista de veículos novos e usados, suas partes e peças; (iv) comércio varejista de veículos novos e suas partes e peças; (v) comércio varejista de motocicletas, novas e usadas, suas partes e peças; (vi) comércio varejista de motocicletas, novas e usadas, suas partes e peças; (vii) importação e exportação de máquinas agrícolas, tratores e implementos agrícolas, novos e usados, suas partes, peças e acessórios; (viii) importação e exportação de peças e acessórios para veículos e motocicletas novas e usadas, suas partes e acessórios; (ix) aeronaves e suas partes e acessórios; (x) embarcações e estruturas flutuantes e suas partes e acessórios; (xi) importação e exportação de máquina e equipamentos industriais, de informática, de comunicação, de eletroeletrônicos, suas partes e peças; (xii) importação e exportação por conta e ordem de terceiros; (xiii) montagem de mangueiras de alta pressão; (xiv) prestação de serviços de conserto, manutenção e recuperação de máquina agrícolas, tratores e implementos agrícolas; (xv) representação comercial de máquinas agrícolas, tratores e equipamentos agrícolas; (xvi) transporte rodoviário de cargas municipal, intermunicipal e interestadual; e (xvii) participação em outras sociedades.
     5. Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados na gestão ordinária de seus negócios.. 
        1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário para fins de cumprimento da Resolução CVM 17, posteriormente definido, declaração em papel timbrado e assinada por representante legal, atestando a destinação dos recursos da presente Emissão, em até 30 (trinta) dias da data da efetiva destinação da totalidade dos recursos, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se fizerem necessários.
     6. Agente de Liquidação e Escriturador. A instituição prestadora dos serviços de agente de liquidação e escrituração das Debêntures será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com sede na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, com CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação” e “Escriturador”), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures, respectivamente.
     7. Direito ao Recebimento dos Pagamentos. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
     8. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa (i) com relação a qualquer obrigação realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia(s) Útil(eis)”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.
     9. Garantia Fidejussória - Fiança. Os Fiadores, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantem e responsabilizam-se, na qualidade de fiadores, devedores solidários junto à Emissora e principais pagadores, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, pelo fiel, pontual, integral e exato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias da Emissora, incluindo, mas não se limitando, o valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração, e dos Encargos Moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas previstas nesta Escritura, aí incluídos todos e quaisquer atos e ações em benefício dos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e interesses relacionados às Debêntures e à execução da fiança, mas não se limitando, multas, penalidades, eventuais indenizações, despesas e custas devidos pela Emissora, remuneração e todo e qualquer custo e eventuais despesas incorridos pelos Debenturista, pelo Agente Fiduciário, pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador, bem como, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário, desde que, em quaisquer dos casos, as pertinentes despesas sejam devidamente comprovadas, até o final da liquidação das Debêntures (“Obrigações Garantidas”), em conformidade com o artigo 818 do Código Civil (conforme abaixo definido), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstas nos 333, parágrafo único, 364, 366, 368,371, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e dos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil” e “Garantia Fidejussória” ou “Fiança”).
        1. Os Fiadores não serão liberados das obrigações aqui assumidas em virtude de atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando a, em razão de: (a) qualquer alteração dos termos e condições das Debêntures acordados entre a Emissora e os Debenturistas, nos termos da presente Escritura; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito, ação, privilégio e/ou garantia dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer objeção, oposição, limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial, falência ou procedimentos de natureza similar.
        2. As Obrigações Garantidas deverão ser pagas pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Fiadores informando a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer das Obrigações Garantidas, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, juros remuneratórios ou encargos de qualquer natureza. O pagamento das Obrigações Garantidas, na medida exata da parcela da dívida inadimplida, conforme informado na notificação escrita acima mencionada, será realizado pelos Fiadores de acordo com os termos e procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
        3. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em relação à Fiança serão efetuados fora do âmbito da B3 e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, sempre em conformidade com os termos e procedimentos estabelecidos nesta Escritura, livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, não fossem aplicáveis.
        4. Fica facultado aos Fiadores efetuar pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas inadimplidas pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido na Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será considerado como sanado pelos Fiadores.
        5. A Fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, entrando em vigor na presente data e assim permanecendo até o pagamento total das Obrigações Garantidas.
        6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
        7. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário contra a Emissora, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 3.11, sendo certo que os Fiadores somente poderão realizar a cobrança, exigir, demandar ou receber qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora, em razão de tal sub-rogação, após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.
        8. Caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos da Fiança, das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária antes da integral liquidação de todas as Obrigações Garantidas, os Fiadores deverão repassar, no prazo de 02 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas, limitado ao valor não quitado das Obrigações Garantidas.
        9. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento das Obrigações Garantidas.
        10. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, a critério dos Debenturistas, até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.
        11. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações das condições fixadas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão devidamente formalizados pelos Fiadores, bem como em caso de qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive em caso de pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial, autofalência ou falência.
        12. Todos e quaisquer pagamentos realizados em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.
        13. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
        14. A Fiança foi devidamente consentida de boa-fé pelos Fiadores, nos termos das disposições legais aplicáveis.
        15. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar a Fiança, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.
        16. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
        17. Os Fiadores desde já reconhece que a Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, por prazo determinado, entrando em vigor a partir da Data de Emissão (inclusive) e encerrando-se este prazo na data do pagamento integral das Obrigações Garantidas, mesmo em caso de prorrogação ou extensão do prazo de vencimento das Debêntures, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.
        18. A Fiança ora prestada considera-se prestada a título oneroso, uma vez que os Fiadores pertencem ao mesmo grupo econômico da Emissora, de forma que possuem interesse econômico no resultado da operação, beneficiando-se indiretamente da mesma.
     10. Garantia Real a ser constituída. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Obrigações Garantidas serão constituídas, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) e registro deste nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, a seguinte garantia real:
         1. Cessão Fiduciária de Duplicatas Escriturais e Recebíveis. Cessão fiduciária a ser celebrada pela Emissora e/ou por empresas pertencentes ao Grupo Econômico da Emissora (“Fiduciantes”), nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”), dos seguintes direitos creditórios de sua titularidade (“Cessão Fiduciária” ou a “Garantia Real” e, ainda, em conjunto com a Fiança, as “Garantias”), nos termos do “*Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” a ser celebrado entre a Emissora e/ou por empresas pertencentes ao Grupo Econômico da Emissora e o Agente Fiduciário, conforme modelo constante do Anexo I ao presente (“Contrato de Cessão Fiduciária”):

1. dos direitos creditórios, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pelas Fiduciantes (inclusive direitos emergentes ou indenizatórios, conforme aplicável), que representem (i) para verificação diária, no mínimo 24% (vinte e quatro por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures ; e (ii) para verificação semanal, no mínimo 30% (trinta por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures (“Razão Mínima de Garantia”), decorrentes de duplicatas escriturais das Fiduciantes, oriundos de pagamentos de qualquer natureza realizados por seus clientes em moeda corrente nacional (“Recebíveis”), conforme identificadas no relatórios de títulos objeto de cessão fiduciária, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias, a serem depositados na(s) conta(s) corrente(s) de movimentação restrita a ser(em) indicada(s) no Contrato de Cessão Fiduciária (“Conta(s) Vinculada(s)”) e no respectivo contrato que vier a reger a movimentação da Conta Vinculada, se for o caso;
2. dos direitos de titularidade das Fiduciantes, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos como resultado dos valores depositados na(s) Conta(s) Vinculada(s), respeitado os valores e limites estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo qualquer depósito, investimentos permitidos, valor ou recursos lá mantidos ou a serem mantidos a qualquer tempo a partir da constituição e durante a vigência das Debêntures, e todos e quaisquer direitos creditórios existentes ou que venham a se constituir no futuro decorrentes de tais depósitos, valores e recursos, incluindo, sem limitação, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros, incluindo, sem limitar, os depósitos de recursos (e respectivos investimentos) realizados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
3. a(s) Conta Vinculada(s);
4. todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, das cedentes fiduciantes que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicável, relacionados aos direitos acima cedidos.
   * + 1. A Garantia Real referida acima será outorgada em caráter irrevogável e irretratável pelos Fiduciantes e pela Emissora, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização da Garantia Real, a serem firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário e demais partes de referidos instrumentos, conforme aplicável.
   1. **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES** 
      1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures (conforme abaixo definido) será 13 de junho de 2022 (“Data de Emissão”).
      2. Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização das Debêntures (“Data de Início da Rentabilidade”).
      3. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
      4. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora
      5. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, a ser convolada em com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures contam com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 3.9 acima.
      6. Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 1.828 (mil oitocentos e vinte e oito) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2027 ("Data de Vencimento").
      7. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
      8. Quantidade. Serão emitidas 42.000 (quarenta e dois mil) Debêntures (“Debêntures”).
      9. Preço de Subscrição e Forma de Integralização.
         1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, sendo que, caso sejam integralizadas posteriormente à Primeira Data de Integralização, estas serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, contado desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) até a Data de Integralização (exclusive) (“Preço de Integralização”).
         2. A integralização das Debêntures (“Data de Integralização”) ocorrerá mediante o depósito na conta corrente nº 07505-0 na agência 6545-0 junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. de titularidade da Emissora, fora do âmbito da B3 (“Conta de Livre Movimentação”).
         3. O Agente Fiduciário e Emissora, neste ato, declaram (i) estar de acordo com a integralidade dos termos e condições desta Escritura de Emissão; e (ii) ter ciência de que as Debêntures serão objeto de colocação privada e não serão depositadas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, sendo objeto de escrituração junto ao Escriturador e registro para liquidação financeira de eventos perante a B3.
         4. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado em igualdade de condições a totalidade das debêntures integralizadas em uma mesma data.
      10. Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
      11. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 5% (cinco inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

**4.11.1** A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e aquisição facultativa das Debêntures, até a Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**J = VNe x (Fator Juros – 1)**

*onde:*

***J*** *= valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;*

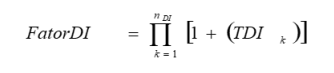
***VNe*** *= Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e*

***Fator Juros*** *= Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

***FatorJuros = (FatorDI x FatorSpread)***

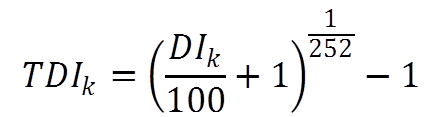
*onde:*

***FatorDI*** *= Produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*



*onde:*

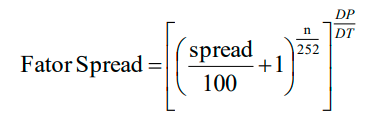
*nDI = número total de Taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro;*

***TDIk*** *= Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:*

*onde:*

***DIk*** *= Taxa DI-Over, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight) utilizada com 2 (duas) casas decimais; e*

***Fator Spread****: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:*



*onde:*

***Spread*** *= 5,0000 (cinco inteiros);*

***n*** *= número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização e a data do período de capitalização anterior, sendo “n” um número inteiro;*

***DT =*** *número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo “DT” um número inteiro;*

***DP*** *= número de dias úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro*

*Observações:*

1. *Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.*
2. *Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.*
3. *O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.*
4. *A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.*
   * + 1. Observado o disposto na Cláusula 4.11.3 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.
       2. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme definidos na Cláusula 9 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração. Caso (i) não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, ou (ii) não haja quórum de deliberação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas deveria ocorrer em segunda convocação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade. As Debêntures resgatadas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.
       3. O Período de Capitalização da Remuneração (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente das Debêntures, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
     1. Pagamento da Remuneração.
        1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e/ou Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 de cada de cada mês, até a Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento de Remuneração”), conforme tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de Pagamento** | **Juros** |
| 15/07/2022 | SIM |
| 15/08/2022 | SIM |
| 15/09/2022 | SIM |
| 15/10/2022 | SIM |
| 15/11/2022 | SIM |
| 15/12/2022 | SIM |
| 15/01/2023 | SIM |
| 15/02/2023 | SIM |
| 15/03/2023 | SIM |
| 15/04/2023 | SIM |
| 15/05/2023 | SIM |
| 15/06/2023 | SIM |
| 15/07/2023 | SIM |
| 15/08/2023 | SIM |
| 15/09/2023 | SIM |
| 15/10/2023 | SIM |
| 15/11/2023 | SIM |
| 15/12/2023 | SIM |
| 15/01/2024 | SIM |
| 15/02/2024 | SIM |
| 15/03/2024 | SIM |
| 15/04/2024 | SIM |
| 15/05/2024 | SIM |
| 15/06/2024 | SIM |
| 15/07/2024 | SIM |
| 15/08/2024 | SIM |
| 15/09/2024 | SIM |
| 15/10/2024 | SIM |
| 15/11/2024 | SIM |
| 15/12/2024 | SIM |
| 15/01/2025 | SIM |
| 15/02/2025 | SIM |
| 15/03/2025 | SIM |
| 15/04/2025 | SIM |
| 15/05/2025 | SIM |
| 15/06/2025 | SIM |
| 15/07/2025 | SIM |
| 15/08/2025 | SIM |
| 15/09/2025 | SIM |
| 15/10/2025 | SIM |
| 15/11/2025 | SIM |
| 15/12/2025 | SIM |
| 15/01/2026 | SIM |
| 15/02/2026 | SIM |
| 15/03/2026 | SIM |
| 15/04/2026 | SIM |
| 15/05/2026 | SIM |
| 15/06/2026 | SIM |
| 15/07/2026 | SIM |
| 15/08/2026 | SIM |
| 15/09/2026 | SIM |
| 15/10/2026 | SIM |
| 15/11/2026 | SIM |
| 15/12/2026 | SIM |
| 15/01/2027 | SIM |
| 15/02/2027 | SIM |
| 15/03/2027 | SIM |
| 15/04/2027 | SIM |
| 15/05/2027 | SIM |
| Data de Vencimento | SIM |

* + - 1. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento previsto na Escritura de Emissão.
    1. Amortização do saldo Valor Nominal Unitário. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, será amortizado em parcelas mensais consecutivas, sempre no dia 15 de cada mês, respeitado o período de carência de 12 (doze) meses, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2023 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures até a Data de Vencimento, de acordo com as datas indicadas na tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização das Debêntures”), conforme tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data de Pagamento** | **% Saldo do Valor Nominal Unitário** |
| 15/07/2022 | NÃO |
| 15/08/2022 | NÃO |
| 15/09/2022 | NÃO |
| 15/10/2022 | NÃO |
| 15/11/2022 | NÃO |
| 15/12/2022 | NÃO |
| 15/01/2023 | NÃO |
| 15/02/2023 | NÃO |
| 15/03/2023 | NÃO |
| 15/04/2023 | NÃO |
| 15/05/2023 | NÃO |
| 15/06/2023 | NÃO |
| 15/07/2023 | 2,0833% |
| 15/08/2023 | 2,1277% |
| 15/09/2023 | 2,1739% |
| 15/10/2023 | 2,2222% |
| 15/11/2023 | 2,2727% |
| 15/12/2023 | 2,3256% |
| 15/01/2024 | 2,3810% |
| 15/02/2024 | 2,4390% |
| 15/03/2024 | 2,5000% |
| 15/04/2024 | 2,5641% |
| 15/05/2024 | 2,6316% |
| 15/06/2024 | 2,7027% |
| 15/07/2024 | 2,7778% |
| 15/08/2024 | 2,8571% |
| 15/09/2024 | 2,9412% |
| 15/10/2024 | 3,0303% |
| 15/11/2024 | 3,1250% |
| 15/12/2024 | 3,2258% |
| 15/01/2025 | 3,3333% |
| 15/02/2025 | 3,4483% |
| 15/03/2025 | 3,5714% |
| 15/04/2025 | 3,7037% |
| 15/05/2025 | 3,8462% |
| 15/06/2025 | 4,0000% |
| 15/07/2025 | 4,1667% |
| 15/08/2025 | 4,3478% |
| 15/09/2025 | 4,5455% |
| 15/10/2025 | 4,7619% |
| 15/11/2025 | 5,0000% |
| 15/12/2025 | 5,2632% |
| 15/01/2026 | 5,5556% |
| 15/02/2026 | 5,8824% |
| 15/03/2026 | 6,2500% |
| 15/04/2026 | 6,6667% |
| 15/05/2026 | 7,1429% |
| 15/06/2026 | 7,6923% |
| 15/07/2026 | 8,3333% |
| 15/08/2026 | 9,0909% |
| 15/09/2026 | 10,0000% |
| 15/10/2026 | 11,1111% |
| 15/11/2026 | 12,5000% |
| 15/12/2026 | 14,2857% |
| 15/01/2027 | 16,6667% |
| 15/02/2027 | 20,0000% |
| 15/03/2027 | 25,0000% |
| 15/04/2027 | 33,3333% |
| 15/05/2027 | 50,0000% |
| Data de Vencimento | 100,0000% |

* + 1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
    2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.
    3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”).
    4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.
    5. Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
    6. Publicidade. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOEMT e no jornal “Diário de Cuiabá” (“Aviso aos Debenturistas”), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (https://www.rech.com), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário, a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.
    7. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
    8. Classificação de Risco. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Emissão para atribuir rating às Debêntures.
  1. **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**.
     1. Resgate Antecipado Facultativo Total.

**5.1.1.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao: (a) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) e (c) de prêmio de 1% (um por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures multiplicado pelo prazo remanescente da Emissão em anos(“Prêmio”), pelo Resgate Antecipado Facultativo Total incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

**5.1.1.1**. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures, o Prêmio deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após o referido pagamento.

**5.1.2.** O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado facultativo Total (“Comunicação de Resgate”), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na cláusula 5.1.1, (ii) de Prêmio; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

**5.1.3.** O Resgate Antecipado Facultativo Total para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado por meio do Escriturador.

**5.1.4.** As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

**5.1.5.** Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.

* + 1. Amortização Extraordinária Facultativa.
       1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) e (c) do Prêmio, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado.
       2. Caso a data da Amortização Extraordinária Facultativa coincida com uma data de amortização e/ou pagamento de remuneração das Debêntures, o prêmio previsto no item (c) da cláusula 5.3.1 acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado.
       3. A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (“Comunicação de Amortização Extraordinária”), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data da Amortização Extraordinária Facultativa, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na cláusula 5.2.1, (ii) do Prêmio; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.
       4. A Amortização Extraordinária Facultativa para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária Facultativa será realizada por meio do Escriturador.
       5. A realização da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.

**5.3.** Oferta de Resgate Antecipado Total.

**5.3.1.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado Total”). A Oferta de Resgate Antecipado Total será operacionalizada da seguinte forma:

**5.3.2.** A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”) com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures; (b) o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; (c) forma de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado Total; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 5.4.4 abaixo.

**5.3.3.** Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado Total, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo e forma dispostos na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Total, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total.

**5.3.4.** A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Total à aceitação deste por um percentual mínimo de debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

**5.3.5.** O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Total, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

**5.3.6.** As Debêntures resgatadas pela Emissora no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

**5.3.7.** O Resgate Antecipado Parcial ou Total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado Total para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.

**5.3.8.** A B3 deverá ser notificada pela Emissora sobre a realização de Resgate Antecipado Total proveniente da Oferta de Resgate Antecipado Total com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.

**5.4.** Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os termos da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 77”), que entrou em vigor em 2 de maio de 2022, e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente alienadas. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando alienadas, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

* 1. **VENCIMENTO ANTECIPADO**
     1. Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto nas Cláusulas [6.1.1](#_bookmark8) a [6.1.2 abaixo](#_bookmark13), o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas [6.1.1](#_bookmark8) e [6.1.2 abaixo](#_bookmark9) (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”).
        1. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula [6.1.3](#_bookmark11) [abaixo (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):](#_bookmark11)
        2. mora ou inadimplemento pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pelos Fiduciantes de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou de quaisquer valores devidos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora em até 02 (dois) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios pela Emissora;
        3. invalidade, ineficácia, revogação, rescisão, nulidade total ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), da Fiança (e/ou de qualquer de suas disposições), e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou dos demais documentos da Emissão, bem como de seus aditamentos (e/ou de qualquer de suas disposições), de acordo com a legislação aplicável ou por força de decisão com efeitos imediatos, ainda que parcialmente;
        4. questionamento judicial, arbitral ou administrativo, de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e demais documentos da Emissão, pela Emissora, pelos Fiadores, pelos Fiduciantes e/ou por quaisquer sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou dos Fiduciantes, conforme o caso de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e demais documentos da Emissão;
        5. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pelos Fiduciantes, de quaisquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto nos casos em que tenha sido obtida expressa e prévia anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;
        6. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou dos Fiadores, observados os procedimentos específicos nos termos das legislações aplicáveis;
        7. (a) decretação de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou por qualquer controlada da Emissora; (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer controlada da Emissora, independente do deferimento do respectivo pedido; (c) pedido de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou por qualquer controlada dos Fiadores, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial e/ou de recuperação extrajudicial da Emissora, dos Fiadores e/ou por qualquer controlada da Emissora, apresentado pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer controlada da Emissora, conforme o caso, independentemente do deferimento do respectivo pedido; e (e) ingresso pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer controlada da Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente do deferimento do respectivo requerimento ou de sua concessão pelo juízo competente; (f) liquidação, encerramento das atividades, insolvência, dissolução ou extinção da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer controlada da Emissora; ou (g) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer controlada da Emissora, incluindo acordo de credores;
        8. transformação da Emissora de sociedade por ações para outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
        9. redução de capital social da Emissora e dos Fiadores nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável, ou (ii) nos casos em que tenha sido obtida expressa anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;
        10. declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária assumida pela Emissora e/ou pelos Fiadores, ainda que na condição de garantidores, perante terceiros, em valor individual ou agregado superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”);
        11. alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) nos casos em que tenha sido obtida expressa e prévia anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas; e/ou (ii) pela troca de controle direto da Emissora e dos Fiadores, de modo que a Agro Competence Participações S.A. (CNPJ/ME 29.818.623/0001-58) passe a ser a única acionista direta da Emissora e dos Fiadores, sem que haja alteração no controle indireto da Emissora e Fiadores (“Novo Acionista Direto” ou “Agro Competence”); e/ou (iii) em que qualquer das Entidades Controladoras permaneça, individualmente ou em conjunto com as demais Entidades Controladoras, com a maior participação acionária direta da Emissora e/ou dos Fiadores e desde que (a) a Entidade Controladora mantenha preponderância nas deliberações societárias da Emissora e/ou dos Fiadores; e (b) os demais acionistas da Emissora e/ou Fiadores não celebrem qualquer acordo de voto, acordo de acionistas ou qualquer documento semelhante nos termos do qual seja formado um bloco de acionistas que, conjuntamente, possuam uma participação na Emissora e/ou Fiadores superior à participação das Entidades Controladoras. Para fins da presente cláusula, “Entidades Controladoras” significa o Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, inscrito no CNPJ/ME sob nº 24.258.072/0001-00, Agrofundo Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, inscrito no CNPJ/ME sob nº 21.185.843/0001-80, Agrofundo Brasil II Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, inscrito no CNPJ/ME sob nº 21.228.394/0001-00, Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, inscrito no CNPJ/ME sob nº 19.267.481/0001-24, Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, inscrito no CNPJ/ME sob nº 28.296.538/0001-04 ou Agrofundo Brasil VI Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, inscrito no CNPJ/ME sob nº 19.230.496/0001-18, e/ou qualquer outro fundo de investimento em que o controle seja exercido por investidores cujo controlador ou gestor seja a Aqua Capital Consultoria Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 15.624.684/0001-70, com sede na Avenida Cidade Jardim, nº 803, conjunto 62, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.453-000, Brasil ou sociedades por ela controladas;
        12. fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou os Fiadores, salvo (i) se obtida expressa e prévia anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) fusão, incorporação e/ou incorporação de ações (sendo vedada a cisão) entre empresas controladas direta ou indiretamente pela Agro Competence (“Grupo Econômico”), incluindo eventual incorporação e/ou incorporação de ações de uma controlada pela própria Agro Competence; e (iii) pela baixa ou incorporação da Plante + Distribuidora de Peças Agrícolas Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.105.439/0001-40 (“Plante +”) e da Rech Participações S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.571.046/0001-36 (“Rech Participações”), por qualquer empresa pertencente ao Grupo Econômico;
        13. constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou Ônus sobre (a) quaisquer dos bens ou direitos de sua titularidade cujo valor agregado ou individual seja igual ou superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ainda que sob condição suspensiva, sendo certo que este item (a) não será aplicável para garantias sobre recebíveis e duplicatas constituídas no curso normal dos negócios da Emissora, desde que não comprometa a constituição plena da Garantia Real; ou (b) independentemente do valor, sobre bens ou direitos objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, ainda que sob condição suspensiva;
        14. se quaisquer das Garantias se tornarem ineficazes, inexequíveis, inválidas ou insuficientes ou caso venham a ocorrer quaisquer eventos que afetem comprovadamente de forma material as Garantias, exceto se Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas aprovarem a substituição das Garantias e/ou dos Fiadores no âmbito desta Escritura e tal substituição for assinada em até 5 (cinco) Dias Úteis após a referida Assembleia Geral de Debenturistas;
        15. não cumprimento pela Emissora, pelos Fiadores e/ou de qualquer entidade de seus respectivos Grupos Econômico, bem como por seus administradores, acionistas com poderes de administração, funcionários ou eventuais subcontratados no âmbito desta Emissão, das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção, lavagem de dinheiro e atos lesivos contra a administração pública e das Leis Anticorrupção e Antilavagem (conforme definido a seguir);
        16. alteração do objeto social da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme disposto em seus estatutos sociais vigentes na Data de Emissão, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal da Emissora e/ou dos Fiadores ou não incorporar atividade não correlacionada com o negócio atual da Emissora e/ou dos Fiadores;
        17. distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos seus acionistas, caso a Emissora e/ou a os Fiadores estejam inadimplentes em relação a qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da presente Emissão ou com a obrigação de verificação dos Índices Financeiros, conforme descrito no item (m) da cláusula 6.1.2 abaixo, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
        18. revelarem-se falsas ou enganosas quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão;
        19. caso, por qualquer motivo, as Debêntures sejam suspensas e/ou canceladas pela CVM e/ou deixem de existir; e
        20. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura de Emissão.
        21. Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula [6.1.4](#_bookmark12) [abaixo,](#_bookmark12) quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático”):
        22. descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido descumprimento, ou em prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão e ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável;
        23. a não celebração do Contrato de Cessão Fiduciária ou a ausência do seu protocolo perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da sede das partes contratantes, no prazo de 90 (noventa) dias corridos a contar da Primeira Data de Integralização;
        24. não cumprimento da Razão Mínima de Garantia, a qualquer momento, a contar de 90 (noventa) dias corridos da Primeira Data de Integralização e/ou da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, o que ocorrer primeiro;
        25. não cumprimento do Critério de Liquidez (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), a partir da primeira Data de Apuração Critério de Liquidez (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária);
        26. caso a Recomposição da Razão Mínima de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) não seja realizada no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, na forma da alínea (a) da cláusula 4.4 do Contrato de Cessão Fiduciária;
        27. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou por qualquer sociedade de seu respectivo Grupo Econômico, de qualquer obrigação pecuniária assumida perante terceiros, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
        28. revelarem-se inconsistentes, incorretas, omissas ou incompletas quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, conforme aplicável;
        29. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativos da Emissora, dos Fiadores e/ou por qualquer controlada da Emissora, inclusive de participações societárias, cujo valor individual ou agregado seja superior a (i) 7% (sete por cento por cento) do ativo permanente da Emissora somado ao dos Fiadores, conforme apurado em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, ou o seu equivalente em outras moedas, ou (ii) R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), atualizados anualmente pela variação positiva do IPCA, o que for maior;
        30. não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças (incluindo ambientais) necessárias para o regular exercício das atividades, negócios e operações da Emissora e/ou dos Fiadores, bem como suas respectivas controladas e/ou coligadas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou os Fiadores comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou dos Fiadores até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
        31. arresto, sequestro, penhora, desapropriação, nacionalização, confisco, ou outra medida similar prevista na legislação aplicável, de bens da Emissora e/ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
        32. protesto de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, dentro de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário: (a) que o protesto foi cancelado; (b) que o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (c) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que reconhecido pela autoridade competente dentro do prazo de cura;
        33. descumprimento pela Emissora, controladas da Emissora e/ou os Fiadores, por seus sócios e ou diretores, de leis que versem sobre trabalho infantil, análogo a escravo, emprego de silvícolas e incentivo à prostituição, ou ainda, sobre meio ambiente da Legislação Socioambiental;
        34. abandono total ou parcial e/ou paralisação na execução das atividades desenvolvidas pela Emissora por prazo superior a 30 (trinta) dias;
        35. inadimplemento de qualquer obrigação de natureza tributária (municipal, estadual, distrital e federal), trabalhista, previdenciária, regulatória, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e que tenha obtido efeito suspensivo do cumprimento do referido ato normativo e/ou determinação;
        36. existência de qualquer decisão judicial em qualquer instância ou qualquer decisão arbitral ou administrativa contra a Emissora e/ou os Fiadores e não sendo cumprida em prazo legal determinado, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, exceto se for atribuído efeito suspensivo, sendo tal exceção válida apenas enquanto perdurar o referido efeito suspensivo;
        37. não manutenção da contratação de empresa de auditoria de primeira linha para auditoria das demonstrações financeiras da Emissora e/ou dos Fiadores, nos termos da presente Escritura de Emissão;
        38. caso a Plante + e/ou a Rech Participações se tornem empresas operacionais, sem que tenha sido constituída fiança de referidas empresas em favor dos Debenturistas, mediante aditamento à presente Escritura de Emissão;
        39. não atendimento, pela Emissora, dos índices financeiros relacionados a seguir (“Índices Financeiros”), a serem calculados pela Emissora com base no parecer de auditoria de primeira linha e validados anualmente pelo Agente Fiduciário e **Riza Gestora De Recursos Ltda.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.209.584/0001-99, a partir da Data de Emissão, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes na Data de Emissão, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo que a primeira apuração dos índices financeiros se dará com base nas demonstrações financeiras auditadas individuais da Emissora e dos Fiadores de 31 de dezembro de 2022e, a partir de 31 de dezembro de 2023, com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas do Novo Acionista Direto, até o final da vigência da operação, Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5x, sendo certo que, nos anos em que forem realizadas operações de aquisição societária por qualquer uma das empresas do Grupo Econômico, deverão ser considerados as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico, preparadas pela Emissora e validadas por empresa de auditoria de primeira linha.

Para efeitos desta Escritura:

“Dívida Líquida”: significa o somatório das dívidas dos Fiadores, da Emissora e de suas controladas consolidadas e, a partir de 31 de dezembro de 2023, do Novo Acionista Direto perante pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, tais como empréstimos e financiamentos com terceiros, contratos de arrendamento ou *leasing*, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, diferencial a pagar em operações de derivativos (em conjunto, “Operações Financeiras”); e quaisquer dívidas com partes relacionadas, avais e todas as garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores no âmbito de Operações Financeiras, sem dupla contagem entre devedor e garantidor; menos as disponibilidade em caixa e aplicações financeiras equivalentes a caixa (incluindo os rendimentos de tais montantes) e Operações Financeiras relacionadas a mecanismos de *seller financing* (aquisições financiadas pelos vendedores).

EBITDA: Significa em relação à Emissora e Fiadores, o resultado acumulado no ano fiscal, antes do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, dentre outras. O EBITDA será calculado com base no somatório das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora e Fiadores, as quais deverão conter todas as rubricas necessárias para o acompanhamento do Índice Financeiro. O resultado acumulado no ano fiscal, antes do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, emissões de dívidas, dentre outras.

Dívida Líquida / EBITDA: a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

* + - 1. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula [6.1.1](#_bookmark8) acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas ou de qualquer de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial prévia à Emissora.
      2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula [6.1.2](#_bookmark9) acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula [8.6](#_bookmark27), convocar, no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da sua ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não obtenção de quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
    1. Na ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado Automático indicada na Cláusula 6.1.1 acima, ou caso não seja atingido quórum para deliberação, conforme Cláusula 6.1.4 acima, a Emissora e/ou os Fiadores, conforme aplicável, se obrigam a pagar a totalidade das Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios, fora do âmbito da B3. A B3 deverá ser comunicada, por meio de correspondência da Emissora e/ou dos Fiadores, em conjunto com o Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado na data da declaração do vencimento antecipado.
    2. Caso o pagamento da totalidade das Debêntures previsto na cláusula acima seja realizado por meio da B3, a Emissora e/ou os Fiadores deverão comunicar a B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 03 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.
    3. Para os fins desta Escritura de Emissão:

1. “Controle”, “Controladora” e/ou “Controlada” têm o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
2. “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer evento ou situação que cause qualquer efeito adverso relevante (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), reputacional, nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Emissora, de suas subsidiárias, e/ou dos Fiadores; e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade ou nos poderes da Emissora, de suas subsidiárias, e/ou dos Fiadores de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão; e
3. “Ônus” significa qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha efeito prático similar a qualquer das expressões acima.
   1. **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES**
      1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicável, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e os Fiadores, cada uma individualmente, obrigam-se, ainda, conforme aplicável, a:
4. Anualmente, exclusivamente com relação à Emissora, disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet: na data em que ocorrer o primeiro entre (i) o decurso de 03 (três) meses contados da data de término de cada exercício social, ou (ii) em até 10 (dez) dias após a data da efetiva publicação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
5. fornecer ao Agente Fiduciário:
   1. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso [I acima,](#_bookmark16) alíneas [(i)](#_bookmark17) e [(ii)](#_bookmark18), as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora;
   2. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso II, alínea (a) acima, declaração firmada por representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, que as disposições previstas na Escritura de Emissão permanecem válidas e da inexistência de qualquer descumprimento ou inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nessa Escritura de Emissão e da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento, e relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros, conforme o caso, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
   3. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
   4. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que implique em Evento de Inadimplemento, ou, no seu entendimento, possa causar um Efeito Adverso Relevante, incluindo, mas não se limitando a qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, reputacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, dos Fiadores e/ou quaisquer sociedades controladas da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora ou pelos Fiadores, de suas obrigações decorrentes dessa Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) façam com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora não mais reflitam a real condição financeira ou reputacional da Emissora;
   5. o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Resolução CVM nº 17, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
   6. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação pelo Agente Fiduciário, ou em prazo inferior caso assim determinado por autoridade competente, os documentos e informações sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental (e socioambiental), trabalhista relativa a saúde e segurança ocupacional, regulatório, de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, pelos Fiadores e/ou quaisquer sociedades controladas da Emissora, impondo sanções ou penalidades;
   7. imediatamente, por escrito, detalhes de qualquer violação relativa às Leis Anticorrupção e Antilavagem e à Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo) que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora, pelos Fiadores, por qualquer sociedade do Grupo Econômico e/ou por seus respectivos acionistas no exercício de suas funções e empregados, agentes, representantes, contratados, subcontratados agindo em seu nome e benefício (“Representantes”), ou eventuais subcontratados no âmbito desta Emissão;
   8. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham razoavelmente ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
   9. quando solicitado expressamente pelo Agente Fiduciário, uma via autenticada arquivada na JUCEMAT dos atos e reuniões dos Debenturistas que integrem a Emissão.
6. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
7. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
8. cumprir com todas as obrigações perante a CVM e a B3, incluindo o envio de documentos para prestação de informações que lhes forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei, bem como efetuar pontualmente o pagamento (i) dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e (ii) das despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o disposto na Cláusula 8.4 abaixo;
9. manter a contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis, geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
10. manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às suas expensas, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
11. manter os seus ativos, bens e propriedades relevantes segurados por companhia de seguro de primeira linha contratada pela Emissora, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios;
12. manter válidas todas as declarações e garantias previstas nesta Escritura de Emissão ou atualizá-las, conforme o caso;
13. manter-se adimplente em relação à qualquer obrigação de natureza tributária (municipal, estadual, distrital e federal), trabalhista, previdenciária, regulatória, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e que tenha obtido efeito suspensivo do cumprimento do referido ato normativo e/ou determinação;
14. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, entregando ao Agente Fiduciário os comprovantes, quando solicitado;
15. não omitir qualquer fato de qualquer natureza que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira, reputacional, operacional ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
16. cumprir, inclusive por suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que tenham sua exigibilidade e efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa dentro do prazo legal;
17. ressarcir, independentemente de culpa ou dolo, os Debenturistas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente de suas atividades, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham comprovadamente a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
18. destinar os recursos da Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.5 acima, bem como assegurar que não sejam empregados pela Emissora e/ou pelos Fiadores e seus Representantes (i) para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) para o pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) em ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) em quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) em qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer das Normas Anticorrupção e Antilavagem; ou (vi) em um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido;
19. obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças (incluindo ambientais) e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras necessárias para o regular exercício das atividades, negócios e operações da Emissora, inclusive de suas respectivas controladas e coligadas ou suas controladas, diretas ou indiretas, bem como dos Fiadores, necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora ou pelos Fiadores, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
20. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e nos demais documentos da Emissão;
21. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Escriturador e o Agente de Liquidação;
22. notificar, no prazo de 02 (dois) Dias Úteis), o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
23. convocar, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
24. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
25. cumprir e fazer com que qualquer outra sociedade do Grupo Econômico, seus respectivos diretores, administradores, funcionários e membros do conselho, que atuem a mando ou em favor da Emissora ou dos Fiadores cumpram (a) a legislação ambiental, incluindo, sem limitação, o disposto na Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais, bem como proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e (b) a legislação e regulamentação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas relativas a saúde e segurança ocupacional, sendo certo que não praticam atos que importem em discriminação de raça ou gênero, não incentivam a prostituição, tampouco utilizam, direta ou indiretamente, ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“Legislação Socioambiental”);
26. observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, por suas afiliadas, por seu Grupo Econômico, por seus Representantes e empregados, agentes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome e benefício, toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das, mas não limitadas a, Lei do Mercado de Valores Mobiliários, as Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conforme eventualmente alteradas de tempos em tempos, bem como, conforme aplicável, ao *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e ao *UK Bribery Act* (em conjunto, as “Leis Anticorrupção e Antilavagem”) as portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União nos termos da lei e decreto acima mencionados, bem como todas as leis, decretos, regulamentos e demais atos normativos expedidos por autoridade governamental com jurisdição sobre a Emissora em questão, relacionados a esta matéria, devendo (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (“Decreto nº 8.420”) e o Decreto-Lei n° 2.848/40, Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Emissão; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; (d) manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos; e (e) monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta para garantir a não violação das Leis Anticorrupção e Antilavagem;
27. Em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da efetiva transferência das ações de emissão da Emissora para o Novo Acionista Direto, celebrar um aditivo à presente Escritura de Emissão para que o Novo Acionista Direto passe a figurar como fiador, nos mesmos termos que os Fiadores.
    * 1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:
28. em conjunto com os Fiadores, preparar as demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Emissora (e, uma vez que haja efetiva transferência das ações de emissão da Emissora para o Novo Acionista Direto, demonstrações financeiras auditadas e consolidadas do Novo acionista Direto) relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
29. submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e dos Fiadores a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
30. divulgar, em sua página na Internet e em sistema disponibilizado pela B3, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido na Resolução CVM n.º 44, de 23 de agosto de 2021 (“Resolução CVM 44”) ficando automaticamente comunicado o Agente Fiduciário e os Coordenadores;
31. fornecer todas as informações solicitadas pela B3;
32. divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, o relatório anual do Agente Fiduciário e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contados do seu recebimento, observado, ainda, o disposto no item IV acima; e
33. observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Debenturistas.
    * 1. Adicionalmente, tanto a Emissora quanto os Fiadores se obrigam a:
34. disponibilizar ao Agente Fiduciário:
    1. na data em que ocorrer o primeiro entre (i) o decurso de 03 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou (ii) a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e dos Fiadores auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
    2. na data em que ocorrer o primeiro entre (i) o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas não aditadas dos Fiadores, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; e
    3. nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, conforme aplicável;
35. Informar o Agente Fiduciário, em até 02 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ciência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, reputacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (ii) possam vir a comprometer materialmente a execução do objeto social dos Fiadores; ou (iii) faça com que as demonstrações financeiras dos Fiadores ou suas informações financeiras, não mais reflitam a real condição financeira ou reputacional dos Fiadores;
36. informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação aos Fiadores, impondo sanções ou penalidades que possam resultar em Efeito Adverso Relevante;
37. cumprir, inclusive por suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tenha sido obtido o efeito suspensivo do cumprimento de referido ato normativo e/ou determinação;
38. observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, por seus Representantes, e empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados agindo em seu nome e benefício, as Leis Anticorrupção e Antilavagem, devendo (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420 e demais leis e normas correlatas; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Emissão; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; (d) manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia ora assumidos; e (e) monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta para garantir a não violação das Leis Anticorrupção e Antilavagem;
39. envidar os melhores esforços para que seus clientes, fornecedores e prestadores de serviço adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas à anticorrupção, segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo; e
40. cumprir, e fazer com quaisquer sociedades controladas da Emissora e pelos Fiadores cumpram a Legislação Socioambiental, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo discutidas de boa-fé na esfera judicial ou administrativamente pela Emissora e/ou quaisquer sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Emissora e/ou pelos Fiadores, desde que tal discussão gere e enquanto perdure efeito suspensivo com relação à exigibilidade da aplicação de referida norma, sendo que referida exceção não se aplica as matérias relativas a utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas a de escravo e incentivo à prostituição.
    1. **AGENTE FIDUCIÁRIO**
       1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:
41. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
42. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários e regulatórios necessários para tanto;
43. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
44. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
45. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
46. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
47. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
48. verificou a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Emissora;
49. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
50. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1° do artigo 6º da Resolução CVM nº 17, tratamento equitativo a todos os Debenturistas de eventuais emissões de valores mobiliários realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e
51. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM nº 17, de 09 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM nº 17”) e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
52. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM nº 17;
53. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
54. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário em emissões públicas de valores mobiliários, realizada por sociedade integrante do mesmo Grupo Econômico da Emissora, qual seja:

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: RECH AGRICOLA S/A** | |
| **Ativo: Debênture** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 250.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 250000 |
| **Data de Vencimento:** 09/12/2026 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 4,9% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** Ativo | |
| **Garantias**: Com as seguintes garantias: (i) Cessão fiduciária de duplicatas escriturais e recebíveis; (ii) Garantia fidejussória prestado pela Rech Importadora e Distribuidora S.A. | |

* + 1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
    2. Em caso de impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

1. os Debenturistas podem substituir o Agente Fiduciário e indicar seu substituto a qualquer tempo, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
2. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;
3. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;
4. será realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ser convocada por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; na hipótese da convocação não ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora realizá-la; em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório;
5. a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de inscrição do aditamento a esta Escritura de Emissão na JUCEMAT, juntamente com a declaração e as demais informações exigidas nos termos da Resolução CVM nº 17;
6. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
7. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso [IV acima;](#_bookmark20) ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso [IV acima](#_bookmark20) não delibere sobre a matéria;
8. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula [4.19 acima](#_bookmark14) e da Cláusula 1[1.2 abaixo](#_bookmark34); e
9. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
   * 1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
10. receberá uma remuneração:

* 1. parcelas trimestrais de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até a Data de Vencimento. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão. A primeira parcela será devida ainda que as Debêntures não tenham sido integralizadas, a título de estruturação e implantação da Emissão;
  2. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação de suas condições após a Emissão, ou ainda, da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, devidamente comprovados e emitidos diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso após aprovação, será devido ao Agente Fiduciário adicionalmente, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantia; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) das garantias, caso concedida; (b) prazos de pagamento e (c) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
  3. no caso de celebração de aditamentos aos instrumentos de emissão bem como, nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, devidamente comprovados e emitidos diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso após aprovação, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
  4. os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura do instrumento de emissão;
  5. os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Resolução CVM nº 17 e Lei 6.404/76;
  6. a remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a Emissão, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria na Garantia Real e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora;
  7. no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;
  8. em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 01/21, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício;
  9. não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente;
  10. eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alterações nas características ordinárias da operação*,* facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos; e
  11. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

1. a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com a execução da Fiança, especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.
2. todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e
3. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso [III acima](#_bookmark24) será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
   * 1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
4. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares de valores mobiliários;
5. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula [8.4](#_bookmark21) [acima](#_bookmark21), incisos I (d), [II](#_bookmark23) e [III](#_bookmark24); e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
6. exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
7. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
8. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição, nos termos da Cláusula 8.3, incisos V e VI acima, e da Resolução CVM nº 17;
9. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
10. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à garantia e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
11. diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura de Emissão e seus aditamentos, sejam arquivados na JUCEMAT e registrados nos RTDs e demais entidades registradoras e/ou centrais depositárias, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
12. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso [XIX](#_bookmark26) [abaixo,](#_bookmark26) sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
13. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;
14. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública da localidade onde se situe a sede ou o domicílio da Emissora e/ou dos Fiadores;
15. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora;
16. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula [9.3 abaixo;](#_bookmark29)
17. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
18. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora, e os Debenturistas, ao subscrever ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
19. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
20. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo obrigações relativas a garantias e cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data da ciência, pelo Agente Fiduciário, do inadimplemento;
21. no prazo de até 3 (três) meses contados do término do exercício social da Emissora, divulgar, em sua página na Internet, e enviar à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, descrevendo os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos às Debêntures, conforme o conteúdo mínimo estabelecido na Resolução CVM nº 17;
22. manter o relatório anual a que se refere o inciso [XVIII acima](#_bookmark26) disponível para consulta pública em sua página na Internet pelo prazo de 3 (três) anos;
23. manter disponível em sua página na Internet lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário ou agente de notas;
24. divulgar em sua página na Internet as informações previstas no artigo 16 da Resolução CVM nº 17 e mantê-las disponíveis para consulta pública em sua página na Internet pelo prazo de 3 (três) anos; e
25. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário.
    * 1. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula [6.1 acima](#_bookmark7) (e subcláusulas), conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12 da Resolução CVM nº 17, incluindo:
26. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
27. requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
28. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
29. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
    * 1. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
      2. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM nº 17, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação ou regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
      3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
      4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
    1. **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS** 
       1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).
       2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
       3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula [9.1](#_bookmark14) acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
       4. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 08 (oito) dias após a primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo 5 (cinco) dias após a data de publicação do novo edital de convocação.
       5. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
       6. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
       7. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
       8. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não comprovem a sua condição de Debenturista ou mandatário, mediante prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societário e procurações, exceto por pessoas que tenham expressamente sido convocadas pelo Agente Fiduciário. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente notarizados, consularizados e contendo a devida tradução juramentada e registrada no competente cartório de títulos e documentos.
       9. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula [9.9.1 abaixo,](#_bookmark31) todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando 82% (oitenta e dois por cento) das Debêntures em Circulação.
          1. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula [9.9 acima](#_bookmark30):
             1. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
             2. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures, exceto pelo disposto na Cláusula [4.12 acima](#_bookmark5); (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.
          2. A renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento deverá ser aprovado nos termos do quórum previsto na Cláusula [9.9 acima](#_bookmark30).
       10. Para os fins de constituição de quórum, “Debêntures em Circulação” significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
       11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
       12. Fica desde já certo e ajustado que esta Escritura de Emissão poderá ser alterada, sem a necessidade de aprovação pelos Debenturistas, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas e somente quando tal alteração decorrer (i) da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, da ANBIMA, conforme aplicável, ou da B3; (ii) de correção de erro de digitação; ou (iii) da atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na denominação social, endereço e telefone, entre outros.
       13. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
       14. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a Assembleia Geral de acionistas.
    2. **DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES**
       1. A Emissora e os Fiadores, neste ato, declaram, individual e solidariamente, que:
30. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes (i) no caso da Emissora sob a forma de sociedade por ações; e (ii) no caso das Fiadoras, sob a forma de sociedade empresária de responsabilidade limitada, de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
31. estão devidamente autorizadas e são plenamente capazes de celebrar esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Emissão, e de cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, bem como obtidas todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias para celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão;
32. as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
33. está cumprindo, na condução ordinária de seus negócios, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
34. manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
35. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pelos Fiadores;
36. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
37. a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, a colocação das Debêntures e o cumprimento das obrigações neles previstos não infringem e nem violam (i) seus Estatutos Sociais; (ii) nenhuma disposição legal, disposições de seus estatutos sociais, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte, incluindo, mas não se limitando, a qualquer contrato, norma legal, disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora e/ou dos Fiadores ou que afete seus respectivos bens e propriedades, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Fiadores; (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença judicial administrativa, judicial ou arbitral, que já tenha sido proferida em qualquer processo ou procedimento de que a Emissora e/ou os Fiadores seja parte;
38. as informações constantes desta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
39. todo registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer órgão público ou regulatório e/ou autorização de terceiros, exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos demais documentos da Emissão, ou para a realização da Emissão, foi obtido;
40. não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação à Emissão;
41. não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
42. não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira, reputacional, operacional e/o, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos Debenturistas;
43. não foi formalmente citada sobre quaisquer processos administrativos, arbitrais ou judiciais, inquéritos e não tem conhecimento de investigação pendente ou iminente perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
44. cumprem, e fazem com que as suas controladas e afiliadas, diretores, administradores, funcionários e membros do conselho, que atuem a mando ou em favor da Emissora e dos Fiadores, sob qualquer forma, cumpram a Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais, bem como procedendo a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, de forma que (a) a Emissora e os Fiadores (1) não utilizam, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; e (2) não incentivam, de qualquer forma, a prostituição; (b) os trabalhadores da Emissora e dos Fiadores estão devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (c) a Emissora e os Fiadores cumprem as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (d) a Emissora e os Fiadores cumprem a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (e) a Emissora e os Fiadores detêm todas as autorizações, concessões, alvarás, subvenções e licenças, inclusive as ambientais e/ou as exigidas pelos órgãos regulatórios competentes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e pelos Fiadores; (f) a Emissora e os Fiadores possuem todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
45. possuem, ou encontram-se em processo regular e legal de obtenção e/ou renovação de todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes e aplicáveis exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
46. a demonstração financeira consolidada da Emissora relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada, não tendo ocorrido qualquer alteração relevante nem aumento substancial do endividamento da Emissora desde a data da referida demonstração financeira;
47. cumprem e fazem com que quaisquer sociedades do seu Grupo Econômico, seus respectivos Representantes, diretores, membros de conselho de administração, funcionários, fornecedores e contratados, subcontratados ou terceiros, agindo em nome e benefício da Emissora, dos Fiadores e/ou de sociedades de seu Grupo Econômico, cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo, mas não se limitando, as normas estrangerias que sejam aplicáveis à Emissora, as Leis Anticorrupção e Antilavagem, na medida em que (a) mantêm políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dão pleno conhecimento de tais normas e obriga seus contratados, que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento, ao cumprimento de tais normas; (c) se abstêm de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (d) caso, após efetuar as devidas averiguações internas, tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, irão comunicar, em até 1 (um) Dia Útil contados da ciência do fato, o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
48. não omitiram ou omitirão qualquer fato, de qualquer natureza, e que (i) possa resultar em um Efeito Adverso Relevante e/ou (ii) vise a anular, invalidar, questionar esta Escritura e/ou as Debêntures;
49. nem os Fiadores, nem a Emissora e/ou quaisquer sociedades controladoras ou controladas da Emissora, seus respectivos diretores e membros de conselho de administração, nem os Representantes, tem ciência de que os seus funcionários, fornecedores e contratados, agindo em nome e benefício da Emissora e/ou de qualquer sociedade do seu Grupo Econômico, incorreram nas seguintes hipóteses: (a) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora, dos Fiadores e/ou quaisquer sociedades controladoras ou controladas da Emissora, conforme o caso, para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) ter realizado ou realiza ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagamento, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (e) ter realizado ou realiza qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer das Leis Anticorrupção e Antilavagem; (f) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido;
50. tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
51. mantém seus bens adequadamente segurados, conforme práticas atualmente adotadas e de acordo com as políticas internas da Emissora;
52. esta Escritura de Emissão e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
53. inexiste contra a Emissora e os Fiadores qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, e não tem conhecimento de qualquer inquérito ou investigação pendente ou iminente, de natureza socioambiental, ou relacionado a práticas contrárias às Leis Anticorrupção;
54. cumprem e irão cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura de Emissão, não existindo incidência de qualquer Evento de Inadimplemento;
55. até a presente data, a Emissora e os Fiadores prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros necessários para condução adequada de todos seus negócios, foram integralmente pagos quando devidos;
56. (a) a Emissora, os Fiadores ou qualquer um de seus diretores ou executivos não são uma Contraparte Restrita ou incorporada em um Território Sancionado ou (b) uma subsidiária das partes envolvidas em uma transação contemplada por esta Escritura de Emissão não são uma Contraparte Restrita. Para fins desta Escritura de Emissão, (i) “Contraparte Restrita” significa qualquer pessoa, organização ou embarcação (1) designada na lista de Nacionais Especialmente Designados e Pessoas Bloqueadas emitida pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (“OFAC”), na Lista Consolidada de Pessoas, Grupos e Entidades Sujeitas a Sanções Financeiras da UE ou qualquer lista semelhante de pessoas-alvo emitidas com quaisquer Sanções (incluindo, aquelas emitidas pela República Federativa do Brasil), (2) que é, ou faz parte de um governo de um Território Sancionado, ou (3) de propriedade ou controlada por, ou agindo em nome de, qualquer um dos anteriores; (ii) “Território Sancionado” significa qualquer país ou outro território sujeito a um embargo geral de exportação, importação, financeiro ou de investimento sob Sanções, cujos países e territórios na data desta Escritura de Emissão incluem a Crimeia (conforme definido e interpretado no aplicável Leis e regulamentos de sanções) Irã, Coréia do Norte e Síria; (iii) “Sanções” significa qualquer economia ou comércio, leis, regulamentos, embargos, disposições de congelamento, proibições ou medidas restritivas relacionadas ao comércio, fazer negócios, investimentos, exportar, financiar ou disponibilizar ativos (ou outros semelhantes ou relacionados com qualquer do anterior) promulgada, aplicada, imposta ou administrada pelo OFAC, os Departamentos de Estado ou Comércio dos EUA, o Tesouro de Sua Majestade do Reino Unido, a União Europeia ou o Conselho de Segurança das Nações Unidas.
    * 1. A Emissora e os Fiadores obrigam-se solidariamente, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e desde que devidamente comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, insuficiência e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula [10.1 acima](#_bookmark32).
      2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula [10.2 acima,](#_bookmark33) a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, na mesma data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula [10.1](#_bookmark32) [acima](#_bookmark32) seja falsa, incompleta, inconsistente, enganosa, omissas e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.
    1. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
       1. Despesas. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Emissão ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação e dos demais prestadores de serviços, execução da Fiança, excussão da Cessão Fiduciária e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e suas Garantias.
       2. Comunicações. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.
57. para a Emissora:

**Rech Agrícola** **S.A.**

Rua Rio de Janeiro, nº 2.809, Quadra 10, Lote 3, CEP 78850-000

Primavera do Leste, Estado

At.: Nilson Gilberto Agostini

Telefone: (47) 3248-6000

E-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com

1. para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca

22640-102

Rio de Janeiro / RJ

At.: Maria Carolina Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: [af.controles@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br) / [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br)

Para o Escriturador e Agente de Liquidação:

**Oliveira Trust Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca

22640-102

Rio de Janeiro / RJ

At.: Raphael Morgado / João Bezerra

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: [sqescrituracao@oliveiratrust.com.br](mailto:sqescrituracao@oliveiratrust.com.br)

1. para a Rech Importadora:

**Rech Importadora e Distribuidora S.A.**

Rua Rio de Janeiro, nº 2.809, Quadra 10, Lote 3, CEP 78850-000

Primavera do Leste, Estado

At.: Nilson Gilberto Agostini

Telefone: (47) 3248-6000

E-mail: [nilson.agostini@agrocompetence.com](mailto:nilson.agostini@agrocompetence.com)

1. para a RSG Gestão:

**RSG GESTÃO DE ATIVOS LTDA**

Rua Uruguai, 223, sala 1502, Centro, CEP 88.302-201

Itajaí, Estado de Santa Catarina

At.: Nilson Gilberto Agostini

Telefone: (47) 3248-6000

E-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com

1. para a Telmac:

**TELMAC COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

Avenida Presidente Castelo Branco, 2800, Nova Ribeirania, CEP 14.096-560

Ribeirão Preto, Estado de São Paulo7

At.: Nilson Gilberto Agostini

Telefone: (47) 3248-6000

E-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com

1. para a B3:**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão –Balcão B3**  
   Praça Antônio Prado, nº 48, 6º Andar, Centro  
   CEP 01.010-901, São Paulo, SP  
   At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos  
   Telefone: (11) 2565-5061  
   Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@b3.com.br
   * 1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
     2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada eficaz e válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
     3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão, desde que não afete a validade e exequibilidade da Escritura, não afetará as demais cláusulas, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
     4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
     5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil.
     6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538, 806 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
     7. Liberdade Econômica: As Partes pactuam que o presente negócio jurídico é celebrado sob a égide da “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica”, segundo garantias de livre mercado, conforme previsto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conforme alterada, de forma que todas as disposições aqui contidas são de livre estipulação das Partes pactuantes, com a aplicação das regras de direito apenas de maneira subsidiária ao avençado, hipótese em que nenhuma norma de ordem pública dessa matéria será usada para beneficiar a Parte que pactuou contra ela.
     8. As Partes reconhecem que as declarações de vontade das Partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. Na forma acima prevista, a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos relacionados à Emissão e às Debêntures, podem ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta Cláusula.
     9. Lei de Regência. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
     10. Foro. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, firmam esta Escritura de Emissão, de forma eletrônica, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 10 de junho de 2022.

(*as assinaturas seguem nas páginas seguintes*)

*(restante desta página intencionalmente deixado em branco)*

*PÁGINA 01/02 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, OBJETO DE COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RECH AGRÍCOLA S.A.*

**RECH AGRÍCOLA S.A.**

*Emissora*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Nilson Gilberto Agostini  Cargo: Diretor  e-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com |  | Nome: Renato dos Santos Donaton  Cargo: Diretor  e-mail: renato.donaton@agrocompetence.com |

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*Agente Fiduciário*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Nilson Raposo Leite  Cargo: Procurador  e-mail: af.estrutura@oliveiratrust.com.br |  | Nome: Bianca Galdino Batistela  Cargo: Procuradora  e-mail: af.estrutura@oliveiratrust.com.br |

**RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A.**

*Fiador*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Nilson Gilberto Agostini  Cargo: Diretor  e-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com |  | Nome: Rodrigo da Cruz Menezes  Cargo: Diretor  e-mail: rodrigo.menezes@fparts.com.br |

**RSG GESTÃO DE ATIVOS LTDA**

*Fiador*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nome: Nilson Gilberto Agostini  Cargo: Diretor  e-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com |  |  | Nome: Rodrigo da Cruz Menezes  Cargo: Diretor  e-mail: rodrigo.menezes@fparts.com.br |

*PÁGINA 02/02 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, OBJETO DE COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RECH AGRÍCOLA S.A.*

**TELMAC COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

*Fiador*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Nilson Gilberto Agostini  Cargo: Diretor  e-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com |  | Nome: Guilherme Werner Paschoal  Cargo: Diretor  e-mail: guilherme.paschoal@telmac.com.br |

**Testemunhas**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Adriano Augusto Torralbo  CPF: 320.315.948-18  e-mail: adriano.torralbo@agrocompetence.com |  | Nome: Luiz Carlos Viana Girão Júnior  CPF: 111.768.157-25e-mail: af.estrutura@oliveiratrust.com.br |

**ANEXO I**

**MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA**

***ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, OBJETO DE COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RECH AGRÍCOLA S.A.***

**MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA**

*(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco.)*

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato”), as partes, a saber (cada qual uma "Parte" e, em conjunto, as "Partes"):

**RECH AGRÍCOLA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede no Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Rio de Janeiro, nº 2809, CEP 78850-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 10.209.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Mato Grosso (“JUCEMAT”) sob NIRE 51300016036, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Rech” ou “Emissora”);

**[Fiduciante]**, [qualificação], [endereço], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [completar], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“Fiduciante” e, em conjunto com a Rech, as “Companhias”);

***[Nota à minuta: demais fiduciantes que venham a celebrar o presente instrumento serão aqui qualificadas]***

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”);

e como interveniente anuente,

**RIZA GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, devidamente autorizada a administrar carteira de títulos e valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 11.461, de 20 de dezembro de 2010, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz nº 68, 5º andar, Vila Olimpia, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.209.584/0001-99 (“Riza”).

**PREÂMBULO**

**CONSIDERANDO QUE** as Companhias celebraram, em 10 de junho de 2022, o *“Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada e com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Rech Agrícola S.A.”*, com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures (“Escritura” ou “Escritura de Emissão’), no montante total de R$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) (“Debêntures” e “Operação”);

**CONSIDERANDO QUE**, nos termos da Escritura de Emissão, restou acordado que determinados ativos das Companhias serão outorgados em garantia; e

**CONSIDERANDO QUE**, para garantir o fiel, correto e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), restou acordado que os direitos creditórios listados na Cláusula 2.1 abaixo, bem como os direitos relativos à(s) Conta(s) Vinculadas (conforme definidas abaixo), mantidas junto a [completar] (“Banco Custodiante”), por meio de contrato de depósito (“Contrato(s) Custodiante”), seriam cedidos fiduciariamente, conforme aplicável, pelas Companhias emgarantia das obrigações assumidas pelas Companhias na Escritura; [**Nota à minuta: Banco Escrow a ser oportunamente definido entre as Companhias, a Riza e o Agente Fiduciário**]

**RESOLVEM AS PARTES** celebrar o presente Contrato, tendo entre si justo e acordado o que segue.

1. PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES
   1. Termos iniciados em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos neste Contrato de outra forma, terão os significados a eles atribuídos na Escritura. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões “deste Contrato”, “neste Contrato” e “conforme previsto neste Contrato” e palavras de significado semelhante quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma depreendido do contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato. Referências a cláusula, subcláusula, adendo e anexo estão relacionados a este Contrato a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos aqui definidos terão as definições a eles atribuídas neste Contrato quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos deste Contrato.
   2. Os direitos previstos neste Contrato são em adição e sem prejuízo aos direitos previstos na Escritura, podendo ser excutidos de forma cumulativa e independente, a exclusivo critério dos Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão), representados pelo Agente Fiduciário, nos termos dos respectivos instrumentos.
   3. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Contrato, todos os termos e condições da Escritura aplicam-se total e automaticamente a este Contrato, *mutatis mutandis*, e deverão ser considerados como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Contrato.

1. CESSÃO FIDUCIÁRIA
   1. Nos termos deste Contrato e nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei nº 4.728”), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas Companhias no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, multas, penalidades, eventuais indenizações, despesas e custas devidos pela Emissora, remuneração e todo e qualquer custo e eventuais despesas incorridos pelos Debenturista, pelo Agente Fiduciário, pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador, bem como, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário, desde que, em quaisquer dos casos, as pertinentes despesas sejam devidamente comprovadas, até o final da liquidação das Debêntures, nos termos da Escritura (em conjunto, as “Obrigações Garantidas”), as Companhias, neste ato, cedem e transferem, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta:
2. de direitos creditórios de titularidade das Companhias (inclusive direitos emergentes ou indenizatórios, conforme aplicável), atuais e futuros, bem como seus acréscimos a título de multa, juros e demais encargos a eles impostos, decorrentes de duplicatas escriturais com valor total em cobrança de, (i) para verificação diária, no mínimo 24% (vinte e quatro por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures; e (ii) para verificação semanal, no mínimo 30% (trinta por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, (“Documentos de Cobrança”), bem como os demais direitos existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes de tais Documentos de Cobrança, independentemente de onde se encontrarem, inclusive em trânsito ou em processo de compensação bancária, conforme identificadas na descrição de títulos objeto de cessão fiduciária na forma do Anexo II ao presente, a ser substituído de tempos mediante aditamento ao presente instrumento na forma do Anexo III ao presente, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias, que deverão ser depositados na(s) Conta(s) Vinculada(s) abaixo definida, que atendam aos critérios de elegibilidade (“Recebíveis Duplicatas”);

1. de todos e quaisquer direitos depositados (ou a serem recebidos ou depositados), seja a que título for, nos termos da Cláusula 4.2 do presente Contrato, na conta vinculada de nº [completar], mantida junto à agência nº [completar] do Banco Custodiante, de titularidade da Rechcom movimentação restrita e controlada, movimentável unicamente pelo Agente Fiduciário (“Conta Vinculada Rech Agrícola”) e na conta vinculada de nº [completar], mantida junto à agência nº [completar] do Banco Custodiante, de titularidade da Fiduciantecom movimentação restrita e controlada, movimentável unicamente pelo Agente Fiduciário (“Conta Vinculada Fiduciante” e, em conjunto com a Conta Vinculada Rech Agrícola, as “Contas Vinculadas”), independentemente de onde se encontrarem, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária, todos os depósitos e recursos nela mantidos ou a serem mantidos a qualquer tempo, bem como seus frutos e rendimentos, inclusive aqueles decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definidos abaixo) realizados com os recursos advindos dos Recebíveis Duplicatas, e quaisquer outros recursos ali recebidos ou depositados, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados às Companhias nas suas respectivas Contas Vinculadas (“Direitos das Contas Vinculadas”, e, em conjunto com os Recebíveis Duplicatas , os “Direitos Cedidos”). [**Nota à minuta: Ajustar quantidade de contas vinculadas a depender da quantidade de fiduciantes quando da celebração do instrumento**]
   * 1. Para fins do presente Contrato, são definidos os seguintes critérios de elegibilidade para seleção de Recebíveis Duplicatas, a serem verificados exclusivamente pela Riza: (i) exclusão de duplicatas que estejam vencidas a mais de 5 (cinco) dias; (ii) que possuam prazo de vencimento superior a 180 (cento e oitenta) dias; (iii) exclusão de duplicatas que possuam prazo de vencimento superior ao prazo de vencimento das Debêntures; (iv) duplicatas cedidas fiduciariamente exclusivamente por (a) Rech Agrícola S.A.; (b) Rech Importadora e Distribuidora S.A. (c) RSG Gestão de Ativos Ltda; (d) Telmac Comercio, Importação e Exportação Ltda.; e (e) qualquer outra empresa controlada direta ou indiretamente pela Agro Competence Participações S.A. (CNPJ/ME 29.818.623/0001-58); e (v) duplicatas devidas por clientes que não estejam inadimplentes no momento da cessão (“Critérios de Elegibilidade”).
     2. Como resultado da garantia objeto deste Contrato, as Partes reconhecem que a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta sobre os Direitos Cedidos serão transferidos para o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e que as Companhias deterão a posse direta dos Direitos Cedidos exclusivamente na qualidade de depositárias e responsáveis por bens de terceiros, assumindo todas as obrigações previstas nos artigos 627 a 646 do Código Civil, até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas.
   1. Os documentos comprobatórios da titularidade dos Direitos Cedidos deverão ser mantidos na sede das Companhias e incorporam-se à presente cessão fiduciária em garantia, passando, para todos os fins, a integrar a definição de “Direitos Cedidos” (“Documentos Comprobatórios”). Cada Companhia, na qualidade de fiel depositária, responsabiliza-se, ainda, pela guarda dos Documentos Comprobatórios e declara, neste ato, aceitar os encargos e responsabilidades previstas na lei e no presente Contrato, em especial nos artigos 627 e seguintes do Código Civil, devendo se manter como fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios até a efetiva e integral satisfação das Obrigações Garantidas.
      1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.2 acima, o Agente Fiduciário terá poderes para recuperar a posse das vias originais dos Documentos Comprobatórios contra qualquer detentor, inclusive contra as Companhias, que deverão enviá-los ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação ou em prazo menor, caso venha a ser solicitado por autoridade pública ou órgão regulatório.
   2. Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, as Companhias obrigam-se a adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que o Agente Fiduciário mantenha a propriedade fiduciária e a preferência absoluta com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Cedidos.
   3. Na ocorrência de qualquer inadimplemento das Obrigações Garantidas ou no presente Contrato ou na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme previsto na Escritura, ou no vencimento final das Debêntures sem que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, o Agente Fiduciário poderá exercer os direitos e prerrogativas previstos neste Contrato, na Escritura e/ou em lei na salvaguarda de seus direitos, em especial os direitos previstos no artigo 19 da Lei nº 9.514 e no artigo 1.364 do Código Civil.
   4. As Companhias, neste ato, renunciam a qualquer direito ou privilégio legal ou contratual que possa afetar a livre e integral excussão, exequibilidade e transferência dos Direitos Cedidos ao Agente Fiduciário.
   5. Fica expressamente declarado, inclusive para os fins do artigo 1.362 do Código Civil, bem como do artigo 66-B da Lei nº 4.728, que as Obrigações Garantidas possuem as características descritas no Anexo I do presente instrumento.
   6. As Partes acordam que o presente Contrato poderá ser aditado a qualquer momento, sem a necessidade de aprovação prévia em Assembleia Geral de Debenturistas, exclusivamente para fins de inclusão de novas cedentes fiduciantes e de novos Direitos Cedidos que atendam aos Critérios de Elegibilidade, na forma do modelo de aditamento constante do Anexo III.

1. REGISTROS, AVERBAÇÕES E FORMALIDADES
   1. As Partes desde já autorizam o registro ou averbação deste Contrato e de seus respectivos aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (conforme definido abaixo), obrigando-se as Companhias, por si ou seus sucessores, a tomar todas as providências necessárias para que se efetive o referido registro às custas das Companhias (inclusive os custos com emolumentos e taxas de cartório despendidos diretamente com tal registro ou averbação), incluindo, mas não se limitando, a fornecerem documentos adicionais e firmarem aditamentos ou instrumentos de retificação e ratificação do presente Contrato, sob pena de descumprimento deste Contrato, e praticarem todos os atos e/ou tomarem todas as providências que forem solicitadas pelo Agente Fiduciário com o objetivo de aperfeiçoar ou formalizar os atos jurídicos necessários para a constituição da garantia prevista neste Contrato, inclusive nas hipóteses de Reforço de Garantia.
   2. Sem prejuízo do acima disposto, as Companhias deverão levar este Contrato a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos das comarcas dos domicílios de cada uma das Partes deste Contrato (“Cartórios de Registro de Títulos e Documentos”) e levar os respectivos aditamentos para averbação à margem dos registros anteriores, devendo as Companhias, às suas próprias custas e exclusivas expensas, (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de assinatura deste Contrato, ou de qualquer aditamento, entregar ao Agente Fiduciário o protocolo de registro deste Contrato ou de qualquer aditamento nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (ii) no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura deste Contrato, ou de qualquer aditamento, registrar este Contrato ou averbar qualquer aditamento nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (iii) no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data do registro deste Contrato nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, entregar ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original e demais em cópia eletrônica (*pdf*) deste Contrato ou de qualquer aditamento devidamente registrado ou averbados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.
   3. Para fins de registro ou averbação, as Companhias comprometem-se a apresentar, quando do protocolo do presente Contrato e seus respectivos aditamentos para registro ou averbação, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, todos os documentos exigidos por tais cartórios. Caso seja feita exigência para a apresentação de certidões ou informações complementares, as Companhias deverão informar o Agente Fiduciário acerca de tais exigências feitas, por meio do envio de uma cópia eletrônica (*pdf*) da nota devolutiva elaborada pelo cartório, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de tal exigência, bem como deverão envidar os melhores esforços para providenciar os documentos exigidos e apresentá-los ao cartório no prazo definido na expedição da nota devolutiva respectiva.
   4. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, as Companhias obrigam-se para fins do artigo 290 do Código Civil desde já a incluir a seguinte redação nos boletos bancários e/ou duplicatas, conforme aplicável, cujos direitos creditórios serão cedidos no âmbito do presente Contrato: *“Créditos cedidos fiduciariamente à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários no âmbito da 2ª emissão de debêntures da Rech Agrícola S.A.”*.
   5. O Agente Fiduciário e/ou a Riza poderão, mediante solicitação dos Debenturistas, registrar o presente Contrato junto a quaisquer entidades registradoras ou depositários centrais, incluindo os sistemas aplicáveis da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, para os fins da constituição da cessão fiduciária sobre os Investimentos Permitidos que tenham sido objeto de registro ou depósito centralizado ou devam ser objeto de registro ou depósito centralizado, nos termos da legislação e regulação aplicáveis, incluindo a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, conforme alterada e a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 4.593, de 28 de agosto de 2017.
2. MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS
   1. Exceto em caso de descumprimento da Razão Mínima de Garantia, a Riza deverá encaminhar ordem ao Banco Custodiante, e este deverá transferir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (ou no primeiro Dia Útil seguinte, caso não seja um Dia Útil dentro do prazo) da data do recebimento da ordem de transferência dos recursos, o valor indicado pela Riza em cada ordem proferida, depositado na (i) Conta Vinculada Rech para a conta corrente nº [completar], agência n° [completar], mantidas junto ao Banco [completar], de titularidade da Rech (“Conta de Livre Movimentação Rech”) e (ii) Conta Vinculada Fiduciante para a conta corrente nº [completar], agência n° [completar], mantidas junto ao Banco [completar], de titularidade do Fiduciante (“Conta de Livre Movimentação Fiduciante” e, em conjunto com a Conta Livre Movimentação Rech, as “Contas Livre Movimentação”). [**Nota à minuta: ajustar após confirmação das fiduciantes**]
   2. Durante toda a vigência do presente Contrato, a(s) Conta(s) Vinculada(s) não poderão ser movimentada(s) pelas Companhias, sob qualquer forma, inclusive mediante a emissão de cheques, saques ou ordens de transferência, sem a expressa permissão da Riza. As Companhias obrigam-se a: (i) até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente quitadas, manter a(s) Conta(s) Vinculada(s) existente(s), válidas e em pleno vigor, livres de todo e quaisquer ônus ou gravames, abstendo-se de realizar qualquer ato para alterar quaisquer das características das Contas Vinculadas sem a prévia e expressa anuência da Riza; (ii) assinar todos os documentos e a praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do disposto nesta Cláusula; (iii) fazer com que os pagamentos das duplicatas, faturas e/ou boletos ou depósitos oriundos dos Direitos Cedidos sejam realizadas nas Contas Vinculadas; e (iv) manter no mínimo, duplicatas escriturais em cobrança em montante equivalente a (a) para verificação diária, no mínimo 24% (vinte e quatro por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures; e (b) para verificação toda segunda-feira, no mínimo 30% (trinta por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures com relação aos Recebíveis Duplicatas (“Razão Mínima de Garantia”), sendo cada data de verificação da Razão Mínima de Garantia considerada uma “Data de Apuração de Razão Mínima de Garantia”).
   3. Adicionalmente à verificação da Razão Mínima de Garantia em cada Data de Apuração de Razão Mínima de Garantia, a Riza será a responsável por verificar toda segunda-feira a liquidez da carteira (“Data de Apuração Critério de Liquidez”), sendo a primeira Data de Apuração Critério de Liquidez realizada após 90 (noventa) dias da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, e notificar ao Agente Fiduciário e as Companhias na hipótese de eventual descumprimento de uma liquidez média dos 3 (três) meses anteriores dos Recebíveis Duplicatas, sendo para tanto considerado, o resultado das Duplicatas vencidas e efetivamente pagas pelos devedores e desde que os pagamentos tenham sido realizados até a data de seu vencimento ou com até 5 (cinco) dias de atraso diretamente nas Contas Vinculadas, sendo certo que todo e qualquer pagamento que não for realizado diretamente nas Contas Vinculadas será desconsiderado para o cálculo do Critério de Liquidez, no período dos 3 (três) meses anteriores, dividido pelo total de Duplicatas vencidas no referido período, incluindo as que foram pagas até a data de vencimento, com atraso, não pagas e pagas fora das Contas Vinculadas, no período dos 3 (três) meses anteriores. (“Critério de Liquidez”).
   4. Caso, em qualquer Data de Apuração de Razão Mínima de Garantia, a Riza verifique o não atendimento da Razão Mínima de Garantia, observar-se-á o disposto a seguir para recompor e manter a Razão Mínima de Garantia (“Recomposição da Razão Mínima de Garantia”):

(a) os recursos necessários ao atendimento da Razão Mínima de Garantia ficarão retidos nas Contas Vinculadas e não serão liberados às Contas de Livre Movimentação;

(b) até o Dia Útil subsequente à respectiva Data de Apuração de Razão Mínima de Garantia, a Riza notificará as Companhias a respeito do não atendimento da Razão Mínima de Garantia, conforme o caso;

1. em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelas Companhias, da comunicação enviada pela Riza nos termos da alínea “(a)” acima, as Companhias deverão implementar o Reforço de Garantia, nos termos e condições previstos neste Contrato.
   1. Para fins deste Contrato e da atuação da Riza e do Agente Fiduciário, as Companhias autorizam, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, o Banco Custodiante a fornecer à Riza e ao Agente Fiduciário todas as informações referentes às Contas Vinculadas, incluindo porém não se limitando ao saldo/extrato e posição diária das francesinhas das Contas Vinculadas e da carteira de títulos em cobrança das Companhias, bem como neste ato, liberam o Banco Custodiante, no âmbito de prestação de informações para agentes envolvidos na Emissão que necessitem receber informações bancárias, de sua obrigação de sigilo bancário nos termos da legislação vigente, sendo que as Companhias renunciam desde já e isentam o Banco Custodiante de qualquer responsabilidade decorrente da violação de sigilo bancário de tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, art. 1º, da Lei Complementar nº 105/2001, de 10/01/2001.
   2. Caso qualquer das contrapartes dos Direitos Cedidos, ou terceiros em nome de quaisquer desses devedores façam os pagamentos devidos de forma outra que não resulte em depósito nas Contas Vinculadas, as Companhias deverão: (a) receber os recursos correspondentes a tais pagamentos, assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, na qualidade de fieis depositárias tais recursos; (b) creditar tais recursos nas Contas Vinculadas até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente da data do depósito indevido; e (c) comunicar tal fato prontamente à Riza e ao Banco Custodiante;
   3. Enquanto o presente Contrato estiver em pleno vigor e efeito e as Obrigações Garantidas não tiverem sido integralmente adimplidas, as Contas Vinculadas serão exclusivamente movimentadas pela Riza, de acordo com os termos desse Contrato.
   4. Os recursos depositados e porventura retidos nas Contas Vinculadas, poderão ser aplicados pelas Companhias, mediante instruções específicas à Riza e ao Banco Custodiante, com cópia ao Agente Fiduciário, em investimento em quotas de fundo de investimento de renda fixa ou certificado de depósito bancário, ambos de liquidez diária e baixo risco e mediante avaliação, pelo Banco Custodiante, dos tipos e modalidades disponíveis para investimento (“Investimentos Permitidos”).
   5. Se houver, os rendimentos oriundos de Investimentos Permitidos incorporar-se-ão à definição de Obrigações Garantidas e integrarão, para todos os fins, o saldo das Contas Vinculadas, sendo certo que a liberação de tais valores estará sujeita aos termos e condições estabelecidos neste Contrato.
2. REFORÇO DE GARANTIA
   1. Nos termos dos artigos 333 e 1.425, incisos I, IV e V, e 1.427 do Código Civil, as Companhias obrigam-se a substituir ou reforçar a garantia constituída por meio deste Contrato ("Reforço de Garantia"):
3. na hipótese de a garantia prestada por força deste Contrato vir a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial, arbitral ou administrativa de efeito similar ou tornar-se, por qualquer motivo, insuficiente, inábil, imprópria ou imprestável ao fim a que se destina;
4. se as Companhias deixarem de ser proprietárias de qualquer dos Direitos Cedidos;
5. em caso de não atendimento da Razão de Garantia, em qualquer Data de Apuração de Razão Mínima de Garantia.
   1. As Companhias obrigam-se a promover o Reforço da Garantia nos termos previstos na Cláusula 5.1 acima por meio do envio de novos Direitos Cedidos que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a celebrar, se assim solicitado pela Riza, aditamento ao presente Contrato, conforme modelo constante do Anexo III ao presente, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados (i) da aprovação pela Riza do atendimento aos Critérios de Elegibilidade ou (ii) da assembleia geral de debenturistas que vier a aprovar os bens ou ativos para realização de tal reforço.
   2. A celebração do aditamento previsto na cláusula 5.2 acima poderá ser dispensada a exclusivo critério da Riza, desde que recebida e validada pela Riza a nova relação de Direitos Cedidos que atendam aos Critérios de Elegibilidade, em substituição à relação constante do Anexo II. Sem prejuízo do que estabelece a presente 5.3, as Fiduciantes ficam obrigadas a celebrar o aditamento referido na cláusula 5.2, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis da solicitação da Riza neste sentido.
   3. Enquanto não houver o Reforço da Garantia, os recursos depositados nas Contas Vinculadas serão integralmente retidos, sendo facultado aos Debenturistas aplicar os valores depositados nas Contas Vinculadas na liquidação total ou parcial das Obrigações Garantidas.
   4. Após reforçada ou substituída a garantia, nos termos previstos nesta Cláusula e conforme instruções da Riza, o Agente Fiduciário liberará da garantia os Direitos Cedidos vencidos e não pagos, para que as Companhias tomem todas as providências que entenda adequadas para o recebimento de seus créditos.
   5. Sem prejuízo da possibilidade de decretação do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, conforme descrito na Escritura, caso não seja realizado o Reforço de Garantia em até 1 (um) Dia Útil, após o prazo estabelecido nesta Cláusula, as Companhias pagarão uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor necessário à recomposição do Razão de Garantia de forma proporcional ao saldo devedor atualizado.
6. EXCUSSÃO DA GARANTIA
   1. Sem prejuízo e em adição a qualquer outra cláusula deste Contrato, em caso de declaração de vencimento antecipado e/ou inadimplemento total ou parcial de quaisquer das Obrigações Garantidas, que não seja sanado no prazo de cura aplicável, se existente, e/ou de vencimento final das Debêntures sem que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas, a propriedade dos Direitos Cedidos consolidar-se-á em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, podendo o mesmo, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a exclusivo critério dos Debenturistas, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos pelo artigo 66-B, Parágrafos 3º e 4º da Lei nº 4.728/65, e artigo 19 da Lei nº 9.514, inclusive os poderes "*ad judicia*" e "*ad negotia*": (i) notificar o Banco Custodiante para que, em caso de declaração de vencimento antecipado, utilize os valores depositados nas Contas Vinculadas para a integral liquidação das Obrigações Garantidas; e (ii) excutir (de forma pública ou por meio de venda privada), cobrar, receber, aplicar, resgatar, transferir e/ou de qualquer forma utilizar os Direitos Cedidos (ou valores/aplicações decorrentes dos valores advindos dos mesmos) para a integral liquidação das Obrigações Garantidas, por qualquer forma, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, ficando para tanto autorizado pelas Companhias, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, a praticar todos os atos necessários para liquidação das Obrigações Garantidas, até o montante necessário para que as Obrigações Garantidas sejam integralmente liquidadas e extintas. Tal procedimento não obstará a cobrança do mesmo via execução, de acordo com o disposto no artigo 784 do Código de Processo Civil vigente, caso exista saldo devedor pendente.
   2. A presente garantia será compartilhada em igualdade de condições por todos os Debenturistas, sem qualquer preferência de um deles em relação aos demais, de modo que, caso os Direitos Cedidos venham a ser excutidos, o produto de tal excussão será compartilhado entre os Debenturistas, na proporção do valor dos créditos detidos por cada um deles.
   3. Os recursos apurados de acordo com o disposto na Cláusula 6.1 acima, na medida em que forem recebidos pelo Agente Fiduciário, deverão ser aplicados na liquidação das Obrigações Garantidas, sendo pagos primeiramente os custos e despesas relativos às Obrigações Garantidas, após os juros e, por último, o valor de principal das Obrigações Garantidas, sendo que eventual excesso será devolvido às Companhias no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da quitação integral das Obrigações Garantidas, conforme comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Banco Custodiante. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 6 não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações Garantidas, as Companhias permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de remuneração, encargos moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagos, declarando as Companhias, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.
   4. Todas as despesas comprovadas que venham a ser incorridas pelo Agente Fiduciário, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais e extrajudiciais para fins de excussão deste Contrato, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões, integrarão o valor das Obrigações Garantidas.
   5. A excussão dos Direitos Cedidos na forma aqui prevista será procedida de forma independente, sem qualquer ordem de preferência, e em adição a qualquer outra excussão de garantia, real ou pessoal, concedida ao Agente Fiduciário na Escritura, sendo certo que a presente garantia poderá ser excutida quantas vezes necessário for até o integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, à critério dos Debenturistas.
   6. A eventual excussão parcial da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos não afetará os termos, condições e proteções em benefício do Agente Fiduciário previstos neste Contrato ou na Escritura, bem como não implicará na liberação total ou parcial da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos ora constituída, sendo que o presente Contrato permanecerá em vigor até a data de liquidação e integral quitação de todas as Obrigações Garantidas.
   7. Em conformidade com o disposto no artigo 684, do Código Civil, como forma de cumprir as obrigações aqui estipuladas, as Companhias nomeiam e constituem o Agente Fiduciário como seu bastante procurador, com poderes da cláusula "em causa própria", em caráter irrevogável e irretratável, inclusive, mas sem se limitar, para que o Agente Fiduciário atue em nome das Companhias na assinatura de quaisquer documentos necessários para a excussão da garantia objeto deste Contrato. Para tanto, as Companhias firmam e entregam ao Agente Fiduciário, nesta data, um instrumento de procuração na forma do Anexo IV (“Procuração”).
      1. Enquanto este Contrato estiver em vigor, a Procuração deverá ser renovada anualmente pelas Companhias antes da data de seu vencimento, sob pena do disposto na Cláusula 8.2 abaixo.
   8. As Companhias se comprometem a manter a Procuração em vigor até o pagamento integral das Obrigações Garantidas e, ainda, comprometem-se a entregar, sempre que necessário, uma Procuração equivalente para cada sucessor do Agente Fiduciário, e a tomar todas as medidas necessárias para assegurar que o Agente Fiduciário tenha sempre todos os poderes necessários para praticar e exercer as ações e direitos especificados no presente instrumento.
   9. As Companhias, desde já, concordam que, para a realização da excussão, não será necessária qualquer anuência ou aprovação das Companhias.
7. OBRIGAÇÕES DAS COMPANHIAS
   1. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, na legislação e regulamentação aplicável e nos demais documentos da operação, incluindo a Escritura de Emissão, cada Companhia obriga-se a:
8. não rescindir, distratar, aditar, ou de qualquer forma alterar, transferir, renunciar, gravar, dar em usufruto ou comodato, onerar ou de qualquer outra forma alienar ou dispor de quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes dos Direitos Cedidos, bem como não ceder, transferir, vender, endossar, permutar, conferir ao capital, descontar, onerar ou gravar com ônus de qualquer natureza, nem de modo subordinado ou sob condição suspensiva, os Direitos Cedidos e os direitos deles decorrentes, ou celebrar qualquer acordo ou ainda praticar qualquer ato que coloque ou que possa vir a colocar em risco a garantia prevista neste Contrato, exceto se obtida prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;
9. cumprir tempestivamente todos os passos e formalidades para aperfeiçoamento e manutenção da presente garantia sobre os Direitos Cedidos e celebrar quaisquer aditamentos necessários nos termos deste Contrato, incluindo o registro do presente Contrato e a averbação de seus aditamentos junto aos Cartórios de Títulos e Documentos nos prazos previstos no presente Contrato;
10. não ceder ou transferir, total ou parcialmente, seus direitos e/ou obrigações decorrentes deste Contrato, salvo nos casos de sucessão previstos em lei, desde que tal sucessão decorra de operação realizada em consonância com os termos e condições previstos nos documentos referentes às Obrigações Garantidas;
11. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura do presente Contrato, à celebração da Escritura de Emissão e dos demais documentos das Obrigações Garantidas, bem como ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
12. manter a cessão fiduciária ora constituída sempre existente, válida, eficaz, lícita, e em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, nos termos deste Contrato;
13. tempestivamente e às suas expensas, defender e tomar todas as medidas pertinentes à proteção dos Direitos Cedidos e dos direitos do Agente Fiduciário resultantes do presente instrumento de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar os Direitos Cedidos e/ou este Contrato, bem como informar ao Agente Fiduciário, por escrito, sobre evento a que se refere este inciso, bem como sobre as medidas tomadas pelas Companhias em relação ao evento a que se refere este inciso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do conhecimento ou de recebimento de citação, intimação ou notificação sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, o que ocorrer primeiro;
14. cumprir todas as instruções emanadas pelo Agente Fiduciário para excussão da presente garantia, prestar toda assistência e celebrar quaisquer documentos adicionais que venham a ser comprovadamente necessários e solicitados pelo Agente Fiduciário para a preservação e/ou excussão dos Direitos Cedidos;
15. cumprir a Razão Mínima de Garantia, o Critério de Liquidez e transitar pelas Contas Vinculadas fazer a sua recomposição, reforço ou substituição sempre que necessário, na forma prevista neste Contrato;
16. realizar a recomposição de garantia nos termos das Cláusulas 4.3 e 4.4;
17. defender-se, de forma tempestiva e eficaz, às suas expensas, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa afetar, no todo ou em parte, os Direitos Cedidos, mantendo o Agente Fiduciário informado das medidas tomadas pela respectiva parte, bem como defender a titularidade dos Direitos Cedidos, a preferência do referido direito de garantia ora criado contra qualquer pessoa e o direito de garantia criado por meio deste Contrato e adotar todas as medidas cabíveis para a manutenção do referido direito de garantia;
18. tratar qualquer sucessor, endossatário, cessionário ou adquirente do Agente Fiduciário como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais documentos das Obrigações Garantidas, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos dos documentos das Obrigações Garantidas;
19. manter abertas e regulares as Contas Vinculadas e não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar no fechamento, cancelamento ou bloqueio das Contas Vinculadas até a quitação integral das Obrigações Garantidas;
20. fornecer ao Agente Fiduciário, em um prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, mediante solicitação por escrito, todas as informações e documentos comprobatórios que este possa razoavelmente solicitar envolvendo os Direitos Cedidos, inclusive para permitir que o Agente Fiduciário (diretamente ou por meio de qualquer de seus respectivos agentes, sucessores ou cessionários) execute as disposições do presente Contrato;
21. não vincular, onerar, alterar ou encerrar qualquer Conta Vinculada ou quaisquer contratos ou anexos referentes à manutenção de qualquer Conta Vinculada, sem prévia anuência escrita do Agente Fiduciário;
22. proceder, às suas expensas, e apresentar ao Agente Fiduciário o presente Contrato e seus anexos ou aditivos devidamente registrado(s) ou averbados, conforme o caso, junto ao(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos;
23. informar ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer fato relevante relacionado com os bens e direitos vinculados às garantias constituídas nos termos deste Contrato, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
24. informar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento de qualquer de suas respectivas obrigações nos termos deste Contrato;
25. na hipótese de ocorrência de inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou de um Evento de Inadimplemento, não obstar (e fazer com que seus administradores, empregados e prepostos não obstem) a realização e implementação, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer atos que sejam necessários ou convenientes à excussão das garantias ora constituídas e à salvaguarda dos direitos, interesses e garantias dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;
26. comunicar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data do descumprimento, ao Agente Fiduciário, por escrito, sobre qualquer descumprimento, por qualquer parte, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições de quaisquer dos Direitos Cedidos;
27. arcar com todos e quaisquer custos e despesas decorrentes da celebração e para eficácia deste Contrato. As obrigações previstas nesta Cláusula incluem, mas não se limitam ao pagamento das despesas que se fizerem necessárias para o registro e averbação deste Contrato e seus eventuais;
28. manter contratados e se manter adimplente com relação ao pagamento da remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Custodiante;
29. franquear ao Agente Fiduciário o livre acesso, inclusive eletrônico, para consulta às Contas Vinculadas; e
30. sempre que necessário e solicitado por escrito pelo Agente Fiduciário e/ou pela Riza, celebrar aditamentos a este Contrato para modificar a descrição das Obrigações Garantidas e atualizar a descrição dos Recebíveis Duplicatas que compõem os Direitos Cedidos objeto da presente cessão fiduciária.
    1. Em adição e sem prejuízo de quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, o Agente Fiduciário deverá observar os seus deveres e atribuições nos termos da Escritura de Emissão.
    2. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos extrajudiciais contra as Companhias para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, comprometendo-se, desde já a auxiliar os Debenturistas na adoção de quaisquer medidas ou procedimentos judiciais, devendo tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo, sem contudo se limitar a excutir extrajudicialmente a garantia constante deste Contrato e vender a garantia, aplicando o produto de tal venda ou da liquidação da garantia exclusivamente na liquidação das Obrigações Garantidas; e
    3. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas neste Contrato se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, observados os quóruns de deliberação definidos na Escritura de Emissão.
    4. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Obrigações Garantidas ou até sua efetiva substituição.
    5. Este Contrato e todas as obrigações das Companhias relativas a este Contrato permanecerão em vigor enquanto não estiverem integralmente quitadas todas as Obrigações Garantidas. Caso, por qualquer motivo, qualquer pagamento relativo a Escritura venha a ser restituído ou revogado compulsoriamente, porém, por qualquer razão, volte a ser devido pelas Companhias, as Companhias deverão praticar todos os atos e firmar todos os documentos para novamente constituir a garantia sobre os Direitos Cedidos, conforme aplicável, em favor do Agente Fiduciário e em garantia das Obrigações Garantidas, nos mesmos termos estabelecidos neste Contrato.
31. DECLARAÇÕES E GARANTIAS
    1. Cada Companhia declara e garante, nesta data, ao Agente Fiduciário, que:
32. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações ou sociedade empresária limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
33. seus representantes legais que assinam este Contrato e demais documentos necessários para aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos têm poderes estatutários para assumir, em nome da respectiva Companhia, conforme o caso, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
34. é a única e legítima proprietária, beneficiária e possuidora dos respectivos Direitos Cedidos, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, inclusive livres e desembaraçados de qualquer direito de preferência (exceto pela cessão fiduciária), não tendo sido notificada da existência, contra a respectiva Companhia, de qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar os Direitos Cedidos e/ou a cessão fiduciária;
35. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive, conforme aplicável, societárias, regulatórias e de terceiros necessárias para celebrar o presente Contrato, a outorgar a cessão fiduciária aqui prevista e a cumprir as suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios, de terceiros e estatutários necessários para tanto, incluindo, mas não se limitando à obtenção de todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros necessárias. Nenhum outro ato se faz necessário para autorizar a celebração e cumprimento do presente Contrato pela respectiva Companhia;
36. este Contrato, as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes das Companhias, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
37. mediante o registro e averbação deste Contrato e de seus eventuais aditamentos, conforme previsto na Cláusula 3 acima, a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato será devidamente constituída e válida nos termos da regulamentação aplicável, observados os termos e condições aqui estabelecidos, constituindo em favor dos Debenturistas um direito real de garantia de primeiro e único grau, válido, eficaz, exigível e exequível perante quaisquer terceiros sobre os Direitos Cedidos;
38. a celebração deste Contrato, o cumprimento das obrigações da respectiva Companhia aqui previstas e a outorga da garantia aqui prevista: (1) não infringem o regulamento ou estatuto social da respectiva Companhia; (2) não infringem qualquer obrigação, contrato ou instrumento os quais sejam parte ou que vinculem ou afetem a respectiva Companhia, incluindo, mas não se limitando, a qualquer contrato, norma legal, disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da respectiva Companhia ou que afete seus respectivos bens e propriedades; (3) não resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a respectiva Companhia e seus ativos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens, ressalvado o ônus a ser criado sobre os Direitos Cedidos (exceto os ônus decorrentes da constituição da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (4) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a respectiva Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, que já tenha sido proferida em qualquer processo ou procedimento que afete a respectiva Companhia e/ou qualquer de seus ativos;
39. ressalvados os registros mencionados na alínea “vi” acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou junto a qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e cumprimento deste Contrato;
40. mediante o registro e averbação deste Contrato e de seus eventuais aditamentos, conforme previsto na Cláusula 3.1 acima, a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato será devidamente constituída e válida nos termos da regulamentação aplicável, observados os termos e condições aqui estabelecidos, constituindo em favor dos Debenturistas um direito real de garantia de primeiro e único grau, válido, eficaz, exigível e exequível perante quaisquer terceiros sobre os Direitos Cedidos;
41. não existe qualquer reivindicação, demanda, protesto, ação judicial, ou processo judicial, arbitral ou administrativo, inquéritos ou outro tipo de investigação pendente, iminente, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer tribunal, órgão governamental, árbitro, ou qualquer outra autoridade com relação aos Direitos Cedidos e à cessão fiduciária ora constituída, ou que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar de forma negativa a presente garantia ou que possam causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Escritura de Emissão);
42. a celebração deste Contrato é compatível com a sua capacidade econômica, financeira e operacional, de forma que a Garantia prevista neste Contrato não acarretará qualquer impacto negativo relevante na sua capacidade econômica, financeira, jurídica e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;
43. tem conhecimento e anui com todos os termos e condições da Escritura de Emissão e das Obrigações Garantidas;
44. as informações prestadas por ocasião deste Contrato são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
45. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos deste Contrato;
46. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil, sendo certo que as Companhias comprometem-se a não questionar a validade e/ou eficácia dos referidos mandatos, inclusive decorrentes de eventuais limitações e/ou condições especiais previstas em seu estatuto social;
47. nenhum Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura) está em curso ou, no melhor conhecimento das Companhias, na iminência de ocorrer; e
48. para todos os fins de direito e observando-se a alocação de riscos descrita no artigo 421-A, II, do Código Civil, os bens objeto da Cessão Fiduciária não representam bens de capital e/ou bens essenciais das Companhias, inclusive para fins de leis de falência, insolvência ou recuperação judicial e extrajudicial, sendo certo que as Companhias não pleitearão ou de qualquer outra forma discutirão, em juízo ou fora dele, o reconhecimento da essencialidade ou de qualquer outro argumento correlato que venha a impedir/obstar a excussão da Cessão Fiduciária.
    1. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas pelas Companhias deverão também ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvadas as atualizações devidas e necessárias.
    2. As declarações prestadas neste Contrato são em adição e não em substituição àquelas previstas em qualquer dos documentos das Obrigações Garantidas, incluindo a Escritura de Emissão.
    3. As Companhias comprometem-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e desde que devidamente comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, insuficiência e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos deste Contrato.
    4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.4 acima, as Companhias obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos desta Cláusula 8 seja falsa, incompleta, inconsistente, enganosa, omissa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.
49. NOTIFICAÇÕES
    1. Todos os avisos, convocações, interpelações, notificações e demais comunicações de qualquer Parte para outra, previstos neste Contrato, ou dele decorrentes, exceto se de outra forma especificamente previstos neste instrumento, serão efetuados por escrito, mediante entrega pessoal, e-mail, carta registrada com comprovante de recebimento, ou através de Cartório de Títulos e Documentos da sede da Parte destinatária, e, a não ser que de outra forma tenha sido designado, previamente e por escrito, por alguma das Partes, deverão ser destinados conforme segue:
50. Para as Companhias:

Rua Rio de Janeiro, nº 2.809, Quadra 10, Lote 3, CEP 78850-000

Primavera do Leste, Estado

At.: Nilson Gilberto Agostini

Telefone: (47) 3248-6000

E-mail: nilson.agostini@agrocompetence.com

1. Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca

22640-102

Rio de Janeiro / RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: af.controles@oliveiratrust.com.br / af.assembleias@oliveiratrust.com.br

* 1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos deste Contrato, se feitas por correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio. Se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio ou por telegrama.

1. ALTERAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS
   1. As Companhias, nos termos do presente Contrato, e os Direitos Cedidos, permanecerão sujeitos à cessão fiduciária a todo momento até a extinção da garantia nos termos deste Contrato, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos contra as Companhias, e independentemente de notificação ou anuência das Companhias, não obstante:

(i) qualquer renovação, novação (com ou sem alteração de remuneração), prorrogação, aditamento, modificação, alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas;

(ii) qualquer restituição ou quitação parcial das Obrigações Garantidas ou qualquer invalidade parcial ou inexequibilidade de quaisquer dos documentos da operação;

(iii) qualquer ação (ou omissão) do Agente Fiduciário, transação, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas ou nos termos da legislação aplicável; e/ou

(iv) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real a qualquer tempo detido pelo Agente Fiduciário (de forma direta ou indireta) para o pagamento parcial das Obrigações Garantidas.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Cada Parte reconhece que: (i) os direitos e recursos previstos neste Contrato, na Escritura, são cumulativos e podem ser exercidos separada ou simultaneamente, em qualquer ordem, e não excluem quaisquer outros direitos e recursos previstos em lei ou em qualquer outro contrato; (ii) a renúncia, por qualquer Parte, a qualquer direito aqui previsto somente será válida se formalizada por escrito; (iii) a renúncia a qualquer direito aqui previsto será interpretada restritivamente, e não será considerada como renúncia de qualquer outro direito; e (iv) a nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas contratuais aqui previstas não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e disposições deste Contrato ou dos demais documentos da operação.
   2. O presente Contrato é vinculante e eficaz a partir de sua celebração e os direitos e as obrigações constituídos por força do presente Contrato obrigam as Partes em caráter irrevogável e irretratável, bem como seus sucessores e/ou cessionários, a qualquer título, sendo certo que: (i) cada Parte será responsável pelos atos e omissões de seus respectivos empregados, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação; e (ii) as Companhias não poderão renunciar, novar e/ou dispor de qualquer dos direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade relativos aos Direitos Cedidos sem a prévia e expressa autorização, por escrito, do Agente Fiduciário.
   3. Não obstante os eventos de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas previstos na Escritura, todos os acordos, declarações e garantias previstos neste Contrato permanecerão em pleno vigor e efeito a partir da presente data e permanecerão válidos e exequíveis até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.
   4. As Partes concordam que, caso, por qualquer motivo, este Contrato venha a ser executado parcialmente, todas as suas condições e cláusulas permanecerão válidas e exequíveis, sem prejuízo de tal execução parcial, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.
   5. A não exigência imediata, por qualquer das Partes, em relação ao cumprimento de qualquer das condições aqui pactuadas, constituir-se-á em mera liberalidade da Parte que assim proceder, não podendo de forma alguma ser caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra Parte para obstar o cumprimento de suas obrigações.
   6. Todas e quaisquer alterações ao presente Contrato somente serão válidas quando celebradas por escrito e assinadas por todas as Partes deste Contrato.
   7. As Partes desde já reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”), para todos os fins e efeitos de direito.
   8. Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos do Código de Processo Civil.
   9. Caso qualquer disposição deste Contrato seja considerada inválida, ilegal ou inexequível nos termos da legislação aplicável, tal disposição será ineficaz apenas na medida de referida invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade e não deverá afetar quaisquer demais disposições do presente instrumento ou a validade, legalidade ou exequibilidade de referida disposição em qualquer outro foro.
   10. Quaisquer custos e/ou despesas: (i) comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, arbitrais e periciais, ou quaisquer outros encargos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas; e/ou (ii) necessários para a execução de quaisquer dos direitos nos termos deste Contrato, serão de responsabilidade das Companhias, devendo o Agente Fiduciário ser reembolsado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento de notificação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário às Companhias, acompanhada da respectiva documentação comprobatória da respectiva despesa. O disposto nesta Cláusula não se aplica às eventuais verbas de sucumbência a que o Agente Fiduciário venha a ser condenado em qualquer dos processos ou procedimentos mencionados acima.
   11. Liberdade Econômica: As Partes pactuam que o presente negócio jurídico é celebrado sob a égide da “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica”, segundo garantias de livre mercado, conforme previsto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conforme alterada, de forma que todas as disposições aqui contidas são de livre estipulação das Partes pactuantes, com a aplicação das regras de direito apenas de maneira subsidiária ao avençado, hipótese em que nenhuma norma de ordem pública dessa matéria será usada para beneficiar a Parte que pactuou contra ela.
   12. As Partes reconhecem que as declarações de vontade das Partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.
2. LEI APLICÁVEL E FORO
   1. Este Contrato e os direitos e as obrigações das Partes, dele decorrentes, serão regidos e interpretados de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
   2. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como exclusivamente competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões controversas oriundas deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em formato digital, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [completar].

*(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco.)*

*(Seguem Páginas de Assinaturas.)*

*(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre* *Rech Agrícola S.A., [****fiduciante****] e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)*

**RECH AGRÍCOLA S.A.**

*[trata-se de minuta à Escritura de Emissão de Debêntures, a ser assinado oportunamente]*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo:  E-mail:  CPF: |  | Cargo:  E-mail:  CPF: |

**[Fiduciante]**

*[trata-se de minuta à Escritura de Emissão de Debêntures, a ser assinado oportunamente]*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo:  E-mail:  CPF: |  | Cargo:  E-mail:  CPF: |

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*[trata-se de minuta à Escritura de Emissão de Debêntures, a ser assinado oportunamente]*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo:  E-mail:  CPF: |  | Cargo:  E-mail:  CPF: |

**Testemunhas**:

*[trata-se de minuta à Escritura de Emissão de Debêntures, a ser assinado oportunamente]*

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

E-mail: E-mail:

CPF: CPF:

**ANEXO I**

**OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**

1. **Emissora:** Rech Agrícola S.A.
2. **Valor de Emissão/Principal:** R$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais).
3. **Quantidade/Valor Nominal Unitário:** 42.000 (quarenta e dois mil) Debêntures.
4. **Data de Emissão**: 13 de junho de 2022.
5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento 1.828 (mil oitocentos e vinte e oito) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2027. ("Data de Vencimento").
6. **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 5,00% (cinco inteiros) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).
7. **Pagamento de Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 de cada mês, até a Data de Vencimento (cada uma delas “Data de Pagamento da Remuneração”).
8. **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
9. **Amortização do Valor Nominal Unitário:** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, será amortizado em parcelas mensais, sempre no dia 15 de cada mês, respeitado o período de carência de 12 (doze) meses, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2023 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, conforme indicado na Escritura de Emissão.
10. **Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas na ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado definidas na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura aplicáveis.
11. **Encargos Moratórios**: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”).
12. **Demais Características:** as demais características da Operação constarão na Escritura de Emissão.

**ANEXO II**

**Descrição dos Recebíveis Duplicatas que compõem os Direitos Cedidos objeto da presente cessão fiduciária**

**ANEXO III**

**MODELO DE ADITAMENTO**

[●] **º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente “[●]º Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Aditamento”), as partes, a saber (cada qual uma "Parte" e, em conjunto, as "Partes"):

**RECH AGRÍCOLA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede no Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Rio de Janeiro, nº 2809, CEP 78850-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 10.209.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Mato Grosso (“JUCEMAT”) sob NIRE 51300016036, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Rech” ou “Emissora”);

**[Fiduciante]**, [qualificação], [endereço], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [completar], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“Fiduciante” e, em conjunto com a Rech, as “Companhias”);

**RIZA GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, devidamente autorizada a administrar carteira de títulos e valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 11.461, de 20 de dezembro de 2010, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4285, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.209.584/0001-99 (“Riza”).

[Se for o caso]

[●], [qualificação] (“Nova Garantidora”);

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”);

**PREÂMBULO**

**CONSIDERANDO QUE** as Companhias celebraram, em 9 de junho de 2022, o *“*Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato”);

**CONSIDERANDO QUE**, nos termos do Contrato, restou acordado que novos cedentes fiduciantes poderiam passar a integrar o contrato na qualidade de garantidores; e

**CONSIDERANDO QUE**, as Partes desejam aditar o Contrato para incluir a [Nova Garantidora como Parte e cedente fiduciante // nova relação de Direitos Cedidos, substituindo o Anexo II ao Contrato];

**RESOLVEM AS PARTES** celebrar o presente Contrato, tendo entre si justo e acordado o que segue.

1. PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES
   1. Termos iniciados em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos neste Aditamento de outra forma, terão os significados a eles atribuídos no Contrato. Todos os termos no singular definidos neste Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões “deste Aditamento”, “neste Aditamento” e “conforme previsto neste Aditamento” e palavras de significado semelhante quando empregadas neste Aditamento, a não ser que de outra forma depreendido do contexto, referem-se a este Aditamento como um todo e não a uma disposição específica deste Aditamento. Referências a cláusula, subcláusula, adendo e anexo estão relacionados a este Contrato a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos aqui definidos terão as definições a eles atribuídas neste Aditamento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos deste Aditamento.
2. ADITAMENTOS
   1. [As Partes acordam que a Nova Garantidora passará a ser uma cedente fiduciante nos termos do Contrato, de modo que toda e qualquer referência ao termo “Companhia” ou “Companhias” passará a ser interpretado também como uma referência à Nova Garantidora. // As Partes desejam substituir integralmente o Anexo II ao Contrato, que passará a viger com a redação constante do Anexo A ao presente instrumento]
   2. As Partes, nesse ato, ratificam todas as condições do Contrato, incluindo, sem limitação, a Cláusula 2.1, para fins de constituição da Cessão Fiduciária.
3. DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
   2. Todas as disposições do Contrato que não foram expressamente aditadas ou modificadas por meio do presente Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos do Contrato.
   3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer Cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
   4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
   5. As partes reconhecem este Aditamento como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III do Código de Processo Civil.
   6. Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento.
   7. Caso o presente Aditamento venha a ser celebrada de forma digital, as Partes (a) reconhecem que as declarações de vontade das Partes contratantes, mediante assinatura digital, presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, e (b) renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil Brasileiro. Observado o disposto nesta Cláusula, o presente Aditamento pode ser assinado digitalmente por meio eletrônico.

São Paulo, [●] de [●] de [●].

*Anexo A ao [●]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS*

*Novo Anexo II ao Contrato*

*Descrição dos Recebíveis Duplicatas que compõem os Direitos Cedidos objeto da presente cessão fiduciária*

*(**Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)*

**ANEXO III**

MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RECH AGRÍCOLA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede no Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Rio de Janeiro, nº 2809, CEP 78850-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 10.209.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Mato Grosso (“JUCEMAT”) sob NIRE 51300016036, por seus representantes abaixo assinados (“Rech”) e **[Fiduciante]**, [qualificação], [endereço], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [completar], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“Fiduciante” e, em conjunto com a Rech, as “Outorgantes”) e, por este ato, em caráter irrevogável, nomeia e constitui como seu bastante procurador a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0004-34 (“Outorgado”) de acordo com o previsto no “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre a Outorgante Outorgado e a Riza Gestora de Recursos Ltda., em [completar] ("Contrato de Cessão Fiduciária"), para agir em seu nome na mais ampla medida permitida pelas leis aplicáveis em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas, para:

(a) assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental que sejam consistentes com os termos do Contrato de Cessão Fiduciária e necessários para a consecução dos objetivos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária incluindo, mas sem limitação, notificar, comunicar e/ou, de qualquer outra forma, informar terceiros sobre a Cessão Fiduciária (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como tomar posse, reter, alienar, cobrar, receber, imediatamente ceder ou de outro modo alienar e entregar os Direitos Cedidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), no todo ou em parte;

(b) exercer todos os atos necessários à conservação e defesa dos Direitos Cedidos e cumprimento das disposições do Contrato de Cessão Fiduciária;

(c) firmar qualquer documento e praticar qualquer ato em nome das Outorgantes necessário para constituir, conservar, formalizar e validar a referida cessão fiduciária;

(d) em caso de declaração de vencimento antecipado da Escritura (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), na forma prevista nos respectivos instrumentos, realizar a venda judicial ou extrajudicial ou a excussão dos Direitos Cedidos, observadas as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária, podendo para tanto assinar todos os documentos e contratos nesse sentido, bem como praticar todos os atos necessários para tanto;

(e) substabelecer os poderes ora conferidos, com reserva de iguais poderes, para exercício dos seus direitos e prerrogativas previstos nesta procuração e no Contrato de Cessão Fiduciária;

(f) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato; e

(g) na medida necessária ao exercício dos poderes ora conferidos, representar cada Outorgante perante terceiros ou perante quaisquer órgãos ou autoridades governamentais, nas esferas federal, estadual ou municipal, inclusive o Tesouro Nacional, o Banco Central do Brasil, qualquer das Juntas Comerciais ou autoridades tributárias.

Termos em maiúsculo empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura.

Esta procuração é outorgada como uma condição do Contrato de Cessão Fiduciária e como uma forma de cumprir as obrigações ali estabelecidas e deverá ser renovada nos termos abaixo até o pagamento e liberação integral das Obrigações Garantidas.

A presente procuração é outorgada de forma irrevogável e irretratável, conforme previsto no artigo 684 do Código Civil.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelas Outorgantes ao Outorgado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, da Escritura e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes, sendo que o Agente Fiduciário não poderá substabelecer, sob nenhuma hipótese, no todo ou em parte, com ou sem reserva, os poderes ora conferidos.

Esta procuração será outorgada pelo prazo de 1 (um) ano de modo que as Outorgantes obrigam-se a renovar, anualmente e nos 30 (trinta) dias que antecedem o seu término, a procuração ora outorgada.

Esta procuração será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

[*LOCAL E DATA*]

[*ASSINATURA DAS OUTORGANTES*]